



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 070

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2012

ANO I

SUMÁRIO

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	836
TAQUIGRAFIA	837
<i>Política estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - POLESOL</i>	

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2012/ALE-RO Processo n.º 01125/2012

A Superintendência de Compras e Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através de sua Pregoeira, nomeada pelo Ato nº 0019/2012-SRH/P/ALE, publicado em 12 de junho de 2012, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, **e será julgado pelo valor unitário do item**, observadas as especificações do Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a Resolução/ALE n.º 152/2007, Decreto Federal nº 3.555/00, a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas no Edital e seus anexos.

OBJETO: Registro de preços para eventual confecção de impressos/materiais gráficos, de uso exclusivo do Poder Legislativo, com a finalidade de atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência – anexo 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01125/2012.

DATA DE ABERTURA: 16 de outubro de 2012, às 09 horas, horário local.

LOCAL: Na sala da Superintendência de Compras e Licitações, na sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sito a Rua Major Amarantes, 390 – Bairro Arigolândia, em Porto Velho/RO.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, no sítio www.ale.ro.gov.br, no link Licitações, a partir do dia 03 de Outubro de 2012. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones (69) 3216-2732 e 3216-2815, no horário das 07h30 às 13h30, nas segundas, quartas, quintas e sextas-feiras, e das 08h às 12h e de 14h às 18h, nas terças-feiras.

Porto Velho, 28 de setembro de 2012.

*Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira Oficial – ALE/RO*

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2012/ALE-RO Processo n.º 01068/2012

A Superintendência de Compras e Licitações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através de sua Pregoeira, nomeada pelo Ato nº 0019/2012-SRH/P/ALE, publicado em 12 de junho de 2012, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço, e será julgado por lote**, observadas as especificações do Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a Resolução/ALE n.º 152/2007, Decreto Federal nº 3.555/00, a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei

MESA DIRETORA

Presidente: HERMÍNIO COELHO
1º Vice-Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
2º Vice-Presidente: LORIVAL AMORIM
1º Secretário: JOSÉ CLEMENTE - LEBRÃO
2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES
3º Secretário: MARCELINO TENÓRIO
4º Secretário: VALDIVINO TUCURA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Divisão de Publicações e Anais - Robison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como pelas condições e exigências contidas no Edital e seus anexos.

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo odontológico, médico-ambulatorial, fisioterapia e psicologia, em atendimento as necessidades do Departamento Médico da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme as especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência – Anexo 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01068/2012.

DATA DE ABERTURA: 17 de outubro de 2012, às 09 horas, horário local.

LOCAL: Na sala da Superintendência de Compras e Licitações, na sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sito a Rua Major Amarantes, 390 – Bairro Arigolândia, em Porto Velho/RO.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, no site www.ale.ro.gov.br, no link Licitações, a partir do dia 03 de Outubro de 2012. Maiores informações poderão ser obtidas através dos telefones (69) 3216-2732 e 3216-2815, no horário das 07h30 às 13h30, nas segundas, quartas, quintas e sextas-feiras, e das 08h às 12h e de 14h às 18h, nas terças-feiras.

Porto Velho, 28 de setembro de 2012.

*Lourdes Terezinha Lena
Pregoeira Oficial – ALE/RO*

TAQUIGRAFIA

ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA EXPOR O PROJETO DE LEI Nº 081/12 QUE INSTITUI O POLESOL Em 25 de setembro de 2012

Presidência dos Srs.
Epifânia Barbosa - (Deputada)
Luiz Claudio - (Deputado)

(Às 9 horas e 42 minutos é aberta a A.Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento dos Excelentíssimos senhores Deputados Estaduais, Epifânia Barbosa e Luiz Cláudio, realiza nesta data, audiência pública para exposição do Projeto de Lei nº 081/12, que institui a política estadual de Apoio ao

Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - POLESOL junto à sociedade civil e beneficiados.

Convidamos para compor a Mesa a Excelentíssima Deputada Epifânia Barbosa, proponente desta Audiência Pública; o Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Cláudio, proponente desta Audiência Pública; o Excelentíssimo Senhor Anselmo de Jesus Abreu, Secretário de Estado da Agricultura, representando o Excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia; Excelentíssimo senhor Antônio César Coelho de Medeiros, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho – TRT/RO/AC; o Excelentíssimo senhor Edson Vicente, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; o Senhor Genair Capelini, Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Rondônia; o Excelentíssimo senhor Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC em Rondônia; o Senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e o Senhor Alberto Lourenço, Presidente da Fundação Rondônia de Ciência e Tecnologia.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 081/12 que institui a política estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável – POLESOL.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araújo Lima, e música do Dr. José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bom dia a todos. Àqueles que atenderam ao nosso chamado para participarem desta Audiência Pública, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Luiz Cláudio, também proponente desta Audiência Pública; Cumprimentar o Secretário de Estado da Agricultura, Anselmo de Jesus, neste, representando o Governador do Estado de Rondônia; cumprimentar o senhor Antônio César Coelho de Medeiros, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Regional do Trabalho; cumprimentar o senhor Edson Vicente, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; cumprimentar o senhor Genair Capelini, Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário de Rondônia; cumprimentar o senhor Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC em Rondônia; cumprimentar o senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, e ainda, cumprimentar o senhor Alberto Lourenço, Presidente da Fundação Rondônia de Ciência e Tecnologia.

Solicito ao senhor Mestre de Cerimônia que proceda a leitura das demais autoridades que nos honram com suas presenças, como também as justificativas.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Endereçada ao Senhor Excelentíssimo Presidente desta Casa, Deputado Hermínio Coelho, uma justificativa do Tribunal de

Contas do Estado de Rondônia: "incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Presidente em exercício desta Corte de Contas, de acusar e agradecer o recebimento do convite para participar da Audiência Pública, objetivando expor o Projeto de Lei nº 081/2012, a realizar-se no dia 25/09/2012, no Plenário das Deliberações – Assembleia Legislativa do Estado, nesta cidade. Por motivos de compromissos anteriormente já agendados, informa a Vossa Excelência a impossibilidade de seu comparecimento e deseja-lhe votos de sucesso ao referido evento".

Mônica Ferreira Mascetti Borges – Chefe do Cerimonial do Tribunal de Contas.

Registramos e Agradecemos, ainda, a presença do Excelentíssimo senhor Sebastião Ferreira Farias, representando a Superintendência do Ministério da Agricultura em Rondônia; Excelentíssimo senhor Antônio Deusemínio de Almeida, Secretário Adjunto da SEGARI – Secretaria Estadual de Agricultura, que dentro de instantes ministrará uma palestra; Senhor Hamilton Condack, Presidente do RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, que também ministrará uma palestra juntamente com a senhora Simone Kaifer; Senhora Maria de Deus Alves Carneiro, Gestora da Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar do Desenvolvimento da Amazônia – COOTAMA; Sr. Almir Kerdy do Cassol, Presidente da Cooperativa de Trabalho dos Empreendedores; Senhor José Lima, vice Presidente da Cooperativa dos garimpeiros e Mineração e Agro Florestal Porto Velho; Senhor Wellington Wesley de Azevedo, Presidente da Associação dos Assentados Rurais dos Moradores de Joana D'Arc III; Senhora Rosania Franco, Superintendente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB; Senhor Francisco Ferreira Cabral, Presidente da FAPERON – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia; Senhor Nagato Nakashima, Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários; Senhor Francelino Goulart, vice Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários; Senhor Paulo Gil, Chefe do Centro de Extensão da CEPLAC-RO; Senhor José Airton Aguiar, Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros do Rio Madeira; Senhor Geraldo Crispim Ferreira, Presidente da Cooperativa Agropecuária e Frutícola de Rondônia – COOPEAGROFRUTÍCOLA; Senhor Luiz Roberto Pacheco, Presidente da COOPERAPAN de Alvorada do Oeste; Senhor Raimundo Ferreira da Silva, Presidente da COOPTAXI; Senhor Jairo Brozequim, Presidente da COOCARAM; Senhora Sônia Maria dos Santos Pereira, Secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Promoção da Paz; Senhor Antônio Alves Dias, Conselho Fiscal da COOCARAM – Cooperativa dos Agricultores de Ji-Paraná; Senhor Saulo Jordane, Presidente do Conselho Fiscal da Associação Cultural e Desportiva Tribo do Mato - Porto Velho; Senhora Alzinete Siqueira de Lima, Incubadora da UNIR, Indústria de Estudos e Pesquisas Agro-Ambientais e Organizações Sustentáveis – IEPAGRO; Senhor Adauto Paiva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Cujubim – RO; Senhora Soraya Rachide, Coordenadora do Programa de Economia Solidária da SEAS; Excelentíssima senhora Rosa Becker dos Santos, Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Cujubim – RO; Senhora Gerdalva Araújo Vasconcelos, Chefe do Núcleo de Inclusão Sócio Produtiva da Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS; Senhor Helder Oliveira, Diretor de Planejamento da Fundação Rondônia;

Senhor Marcos Machado, responsável pelo apoio à Agroecologia – EMATER-RO; Senhor Mário Veronese, representando o SEBRAE – RO; Senhor Eugênio Vacaro, Membro da Cooperativa COOPER/RECA; Senhor Ronaldo de Matos, Diretor Presidente da Associação dos Agricultores Agro Ecológico de Porto Velho; Senhor Aparecido Filepini Neves, Assistente Técnico da SEAGRI; Senhor Leonel Amaral, Coordenador de Projetos Estratégicos da SEAGRI; Senhor Evaldo Sheidt, representando a Secretaria de Estado de Esportes, Cultura e Lazer – SECEL; Senhor Raimundo Junil, representando a Cooperativa Milênio; Senhora Iana Cristina Paes, representando o Instituto de Pesquisas Agro-Ambientais e Organizações Sustentáveis; Senhores Funcionários da EMATER, senhoras Servidoras e demais Secretarias de Estado; Senhora Dulce Gonçalves Braga, Presidente da COOTAMA – Cooperativa de Trabalho do Estado de Rondônia; Senhor Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar do Município de Porto Velho; Senhora Maria da Conceição Rodrigues, representando a FEDER – Federação dos Portadores de Deficiência do Estado de Rondônia; Senhor José Cordeiro Ribeiro, Presidente da APROLIC – Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha C-10, Gleba Cuniã.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bem, senhoras e senhores, como falei aqui no início, é um prazer recebê-los aqui nesta Casa, para debatermos um assunto que consideramos de extrema relevância para o Estado de Rondônia.

Esta Audiência Pública, tem como requerentes eu, Epifânia, Deputada, Presidente da Comissão de Educação, e o Deputado Luiz Cláudio, que preside a Comissão de Agricultura e a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Fomos motivados para solicitar esta Audiência Pública frente à Mensagem nº175 que adentrou nesta Casa no dia 03, de agosto, aonde ela propõe a Instituição da Política Estadual de Apoio ao Associativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, denominada POLESOL. E ao mesmo tempo ela revoga a Lei nº 1.462 de 11 de abril de 2005. Essa Lei trata exclusivamente do Cooperativismo e de uma discussão do próprio Executivo. Observou-se que essa Lei, apesar de estar instituída a sua operacionalização, a sua, dimensão que deveria ter, ela ficou, está um pouco limitada diante aos novos conceitos, ao novo desenvolvimento que está estabelecido, hoje, mundialmente no Brasil e no Estado de Rondônia. Então, o Poder Executivo encaminhou essa Lei e nós entendemos a Comissão de Educação e de Agricultura, nós temos essa compreensão de que essas dimensões sociais, tanto da Agricultura como da Educação, elas não podem encaminhar de maneira desassociada. E nós entendemos que essa é a discussão dessas entidades que atuam com essas finalidades sem fins lucrativos. Elas necessitam de uma discussão mais ampliada. Portanto, que pudéssemos ouvir também a sociedade, representantes das entidades, e a termos aqui este momento de debate, este momento de contribuição. Vamos ter aqui dois momentos iniciais, aonde nós ouviremos uma Cooperativa que tem uma experiência, que é uma referência para o Estado de Rondônia, e vamos ouvir também o nosso mestre Deusemínio que também tem um conceito bastante humanizado, que tem uma experiência de vida, inclusive, nesta

questão de trabalho social com finalidades de Cooperativas, de Associações. Temos também aqui pessoas que trabalham com Economia Solidária, que trarão a sua contribuição para que possamos, ao final desta manhã, ter uma referência maior, mais ampliada, dos conceitos e daquilo que deve compor e estabelecer a Lei que foi apresentada aqui nesta Casa. Então nós queremos dar a devida dimensão, a devida amplitude desta Lei, partindo aqui destas duas Comissões e principalmente com a contribuição de vocês, e de todas as autoridades que estão nesta Mesa. Eu fico muito feliz de ter tantos representantes de instituições, de setores que detém também informações, que detém conhecimento, que tem experiências, que procuram fazer intercâmbios com outras experiências no Brasil e fora do Brasil, para que possamos, de fato e de direito ter uma legislação que atenda a nossa realidade, que atenda o nosso desenvolvimento. E, principalmente, que tenhamos, uma segurança de desenvolvimento sustentável.

Quero, neste momento, conceder a palavra ao Deputado Luiz Cláudio, que é também, como eu falei no início, é proponente, e que vai fundamentar ainda mais, fortalecer ainda mais, essas nossas palavras iniciais. Com a palavra o Deputado Estadual Luiz Cláudio, Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Nobre Deputada Epifânia, que preside esta Audiência Pública, as minhas sinceras saudações. Vossa Excelência, que é uma Parlamentar muito ligada ao setor organizacional e ao setor social, eu quero também parabenizar Vossa Excelência por esta iniciativa.

Quero saudar, a todos os componentes desta Mesa, aqui presentes, Secretários de Estados, na pessoa do Edson, da SEDES; do nosso Secretário de Agricultura que representa o Governador do Estado, nosso Anselmo de Jesus; Nosso Presidente da OCB, Presidente Salatiel que quando assumiu a OCB em Rondônia, na verdade quase ninguém conhecia a OCB, vivia em um depósito do Governo e ninguém nem tinha condições de ir lá buscar algumas informações. E o Salatiel resgatou o trabalho da OCB que é o órgão federal de controle das Cooperativas. Hoje tem uma sede que nós podemos nos orgulhar de visitar, tem o 'S' das Cooperativas que foi resgatado também, Salatiel, para trabalhar a questão da capacitação dos Cooperados. Então, Salatiel, os meus parabéns, a você e a toda equipe, todos os Cooperados das diversas cooperativas que fazem parte da OCB. Os nossos outros representantes, o Wilson e todos os outros desta Mesa. Quero também saudar outros representantes do Ministério da Agricultura, Doutor Farias, que se faz presente, o , Padre da FAPERON. Minhas saudações ao Luiz Pires, representante do Sindicato; Veronese do SEBRAE; a todos os Presidentes de Cooperativas de Associações e de outras entidades sociais.

Este momento, é um momento muito importante para nós iniciarmos um debate sobre as Cooperativas e as associações do nosso Estado.

A ONU no ano passado instituiu para o ano de 2012 o ano internacional do cooperativismo. Então é uma oportunidade brilhante para nós debatermos o assunto e criarmos uma lei que venha exatamente apoiar, fortalecer, todo o sistema cooperativismo e associativismo de Rondônia. Eu quero, Nobre Deputada Epifânia, já na minha fala, fazer algumas sugestões para que não tenhamos pressa de votar esse Projeto que se encontra nesta Casa, até porque também está em discussão

no Congresso Nacional junto com a Presidência da República, algumas leis que vem fortalecer o cooperativismo no Brasil. Como estamos no ano internacional do Cooperativismo, sem sombra de dúvida é uma grande oportunidade para termos uma legislação, uma lei que realmente possa apoiar e fortalecer esse sistema de organização das cooperativas e das associações, por isso Nobre Deputada Epifânia, gostaria que hoje fosse o início de um debate e que a minha comissão, Comissão de Agricultura, e como também, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo estaremos dispostos a ampliar essa discussão, a receber propostas, a discuti-las e numa outra Audiência Pública, quando realmente estivermos, Deuseminio, bem maduros, possamos exatamente finalizar o Projeto que se encontra nesta Casa, e que ele esteja de acordo com as propostas de todos os nossos representantes. Essa é uma proposta inicial que eu apresento nesta Audiência Pública.

Lá em Manaus, há uns 90 dias eu estive representando esta Casa pela Frente Parlamentar do Cooperativismo juntamente com o Salatiel, e lá, também fiz uma proposta para todos os representantes, inclusive, das Frentes Parlamentares de todas as Assembleias Legislativas da Região Norte, de que um percentual de todos os recursos da SUFRAMA seja destinado ao apoio às cooperativas e as associações. E essa proposta foi muito bem aceita naquela reunião, Salatiel, e com certeza vamos poder também discutir essa proposta, porque a maioria dos recursos que a SUFRAMA... que tem um grande , não conseguem aplicar para a região Norte, não sei porque; às vezes seja até uma medida do Governo Federal de ter um saldo nas contas do tesouro e especialmente as cooperativas e as associações, recebem muito pouco recurso da SUFRAMA, e são recursos originados de todas as indústrias da Região Norte, principalmente Manaus. Então, com certeza, se a SUFRAMA destinasse uma parte desses recursos, uma parte a fundo perdido, outra até financiável para as cooperativas e associações teríamos um sistema muito mais forte, muito mais competitivo aqui na nossa região. Uma outra proposta Deputada Epifânia, é para que as cooperativas rurais saiam do isolamento digital, essa foi uma discussão lá em Manaus. As cooperativas rurais... numa discussão ampla, todos os parlamentares da Região Norte ficaram de acordo que a OI possa implantar um posto de multifacilidade nas sedes das cooperativas rurais, com internet, com tudo o que for realmente necessário para tirar as nossas cooperativas do isolamento; se a cooperativa vai comercializar tem que ter internet, se tem que se comunicar, precisa ter internet. Então, essa foi uma discussão em Manaus, e precisamos ampliar essa discussão e cobrar, cobrar da OI para que possa atender essa solicitação de todas as Assembleias Legislativas. Então, eu vejo que esse momento é o momento ideal, oportuno para nós, com as experiências que temos... nós temos muitos cooperativistas, pessoas de longa experiência como foi falado aqui pelo pessoal do RECA, está aqui o Eugênio, que conheço; um projeto pioneiro em Rondônia, Cooperativa de Palmito há muito tempo já trabalhando, é uma experiência valiosa, as cooperativas de crédito, também é outro sistema que tem dado certo no nosso Estado e que precisam muito também dessa nova legislação, até para ter mais força nas aplicações de recursos e também no trabalho com os recursos do Estado, não é Presidente Salatiel?

Eu quero aqui dizer da importância desta Audiência Pública, e fica aqui a minha proposta de que estaremos dando hoje o início de um grande debate, debate que vai ser concluído com um grande projeto e um projeto que realmente possa atender as demandas e as necessidades de todo o setor cooperativista e associativista do nosso Estado. O Governo Anselmo, mandou um Projeto para criar o FUNDO, o FEDAF há uns quatro, cinco meses, o qual eu quero parabenizar mais uma vez Édson, esse Projeto é muito importante, retirando juros de financiamento até R\$50.000,00 para produtores, e eu incluí uma Emenda e o Governo acatou, que foi para ampliar esses recursos quando os Projetos saírem das associações e das cooperativas, porque R\$50.000,00 não dá para uma cooperativa implantar uma agroindústria ou comprar um trator equipado e foi acatado essa Emenda minha. Hoje, já é uma realidade, as cooperativas e as associações não tem limite desse financiamento, o limite é analisado pelo comitê, que analisa os projetos. Acho que é mais um apoio, Salatiel, para as nossas cooperativas e para as associações; juro zero para os projetos que atendam a coletividade.

Também quero saudar o Genair, que hoje representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de maneira que iremos debater, não queremos aprovar um projeto com toda rapidez, sem discutir, sem está também de acordo com a Legislação Federal. Por isso que é importante cada um que está aqui hoje, nesta Audiência Pública, possa repassar essas informações a outras cooperativas e aos outros setores. Então, de maneira, nobre Deputada Epifânia, fica aqui as minhas considerações, e mais uma vez agradeço a presença de todos os senhores e senhoras, e dizer que esse projeto é de interesse maior de todas as instituições que fazem parte das cooperativas e associações. Esta Casa mais uma vez demonstra o seu compromisso de está discutindo com os senhores e realmente aprovar uma lei que venha atender aos anseios de todos nós. Parabéns a todos, meu muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Agradecemos a contribuição inicial aqui do Deputado Luiz Cláudio, que foi registrado aqui, Deputado, todas as sugestões. Nós vamos compor aqui com um documento final desta Audiência.

Quero convidar agora... concedo a palavra ao Sr. Hamilton Condack, Presidente do RECA, Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado, para expor sobre o funcionamento da Cooperativa, juntamente com a Sra. Simone.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de cerimônia) – Presidente, com a permissão de Vossa Excelência eu queria registrar a presença do senhor Márcio Milani, Chefe da EMATER/RO, Regional; do sr. Luiz do COOMAPEIXE e da sra. Edna Okabayashi da CREDISIS.

O SR. HAMILTON CONDACK – Eu gostaria de agradecer muito à Casa, por estar dando esta oportunidade para podermos colocar o nosso trabalho, principalmente a Deputada Epifânia, Deputado Luiz Cláudio, Secretário Anselmo; Deusemínio, nosso amigo. E reivindicar também, que esse trabalho seja feito com um pouco de apoio quanto aos incentivos às Cooperativas, uma vez que temos poucos incentivos dentro do Estado de Rondônia. Também um pouco de desburocratização dos trabalhos, uma

vez que tudo que vamos fazer é muito burocrático e muito complexo junto às entidades que deveriam estar apoiando, mas às vezes burocratizam muito e trazem muita dificuldade, principalmente por causa das distâncias dos grandes centros e de nossa capital, principalmente o Projeto RECA, em Nova Califórnia, que é muito distante.

O Projeto RECA é uma organização de pequenos produtores que está na divisa do Acre com Rondônia, e na maioria dos associados, dos cooperados, são agricultores que vieram do Sul do Brasil em busca do sonhado pedaço de terra. Foram com o projeto de demarcação do INCRA em 1984, e na época o INCRA demarcava a terra e largava o pessoal, e exigia, era outra cultura. Os agricultores derrubavam a mata para desenvolver a região. Quem não derrubasse eles tomavam a terra para dar a outro. Largava os produtores mercê da sorte. Na época, tinha muita malária, muitas dificuldades. O pessoal começou a reunir e discutir uma alternativa que fosse viável para melhorar a qualidade de vida, uma vez que além das dificuldades, a malária era constante nas famílias. A maioria das famílias, numa casa, nesta época, 50% das pessoas estavam com malária. Então, depois de muita discussão, nós fundamos uma organização chamada Projeto RECA, que significa, Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado. Nós estamos situados nas divisas do Acre, Rondônia e Mato Grosso, fronteira com a Bolívia. Tem um mapa onde mostra bem a localização, estamos bem próximos do Acre e dos ramos, das estradas vicinais onde é constituído o Projeto.

Na época da fundação se começou trabalhar com arroz, feijão, milho, cada um individual e foi percebido que a coisa não funcionava, não conseguiam comercializar os seus produtos, não tinham para quem vender, as dificuldades eram muito grandes. E o pessoal pensou: - O que fazer? - Vamos trabalhar uma coisa que seja alternativa, e podemos dizer que uma das coisas que favoreceu muito, que ajudou a desenvolver o RECA, foi o ajuntamento dos conhecimentos das pessoas que vieram do Sul, que tinham experiência com associação, associativismo e cooperativismo, com o conhecimento das pessoas que estavam na região, os acreanos, os rondonienses, o nativo da Amazônia, que conheciam um pouco dos produtos da floresta; da castanha, do cupuaçu, da pupunha, resolveram implantar o sistema agroflorestal. Os primeiros projetos nossos, que foram implantados: castanha, cupuaçu e pupunha. Eu acredito que, hoje, somos os primeiros produtores do Brasil a colher castanha cultivada. Hoje, temos mais de dois mil e novecentos hectares de sistema agroflorestal implantados, com mais de quarenta espécies, tendo como principais o cupuaçu, pupunha, castanha, a bacaba, patuá, cedro e andiroba. Disso tudo já temos a nossa indústria de polpas de fruta, temos uma indústria de extração de óleo e manteiga, uma produção de palmito, temos centro de reuniões, e uma loja de venda dos produtos. Conseguimos, depois de muitos anos de luta, implantar uma Escola Família Agrícola, com a pedagogia da alternância, uma vez que não havia formação de ensino médio e que uma das dificuldades que o RECA tinha era enviar os jovens. Os garotos terminavam o ensino fundamental, era enviado para a cidade para estudar, eles se ligavam a outro vínculo social, e dificilmente retornavam para a região. A gente teve caso concreto de jovem que conseguimos recurso, um patrocínio,

enviamos para São Paulo, para estudar, fazer medicina, para voltar e ajudar as pessoas, além do jovem não voltar, conseguiu convencer a família a vender toda a propriedade e ir para o centro de São Paulo. Então lutamos muito, e depois de alguns anos, conseguimos implantar uma Escola Família Agrícola, onde tem a formação técnica do ensino médio, e a missão principal da escola é formar os futuros jovens para fazer administração do nosso Projeto e da propriedade do agricultor. A pedagogia da alternância tem essa vocação, esse objetivo principal, fazer o jovem ser um produtor e ter capacidade de administrar a propriedade dele. Temos onze grupos de agricultores organizados.

Hoje, o RECA está atendendo diretamente trezentas famílias, e indiretamente mais de quinhentas. Nós recebemos algumas contribuições sociais, algumas ajudas, e hoje, estamos apoiando mais três associações na região, e estamos desenvolvendo um projeto para apoiar as outras organizações. Uma que está dentro do Amazonas, numa região de muita dificuldade, estamos desenvolvendo um projeto para que eles implantem os SAF's deles, as novas áreas de SAF's, como na questão do beneficiamento e da compra dos produtos desses agricultores, tanto os agricultores individuais como os das cooperativas. A organização do RECA se dá dessa forma. Os onze grupos de agricultores que nós consideramos a base de tudo, a base da estrutura, estão localizados naqueles ramais, nas linhas onde vocês viram. Cada grupo tem um líder, um coordenador, uma coordenadora, e as famílias dos associados. A função do líder é organizar o grupo, e do coordenador e da coordenadora, trabalhar o projeto de desenvolvimento do RECA. Nós temos todos os meses, desde quando o RECA foi fundado em 1989, todo primeiro sábado do mês tem uma reunião de Diretoria, onde essa coordenação senta, os onze coordenadores, as onze coordenadoras e os onze líderes, para discutir os problemas, e traçar o planejamento, avaliar o trabalho que é executado durante o mês. Isso desde quando começou. Além das reuniões extras, que acontecem todos os meses e de duas assembleias gerais que acontecem durante o ano, a gente elencou aqui um pouco do que estamos conseguindo produzir, e eu queria lembrar que as pessoas nos colocam como referência, como exemplo, não sei se é isso, porque a luta é grande.

Chegamos a receber no RECA, em torno de mil e quinhentas visitas por ano, grupos de visita. Todos os anos recebemos essa média de visitantes que vêm visitar o RECA para conhecer o trabalho, principalmente na questão da organização social e da recuperação ambiental. Porque as áreas que estavam lá, de capoeira, de capim, abandonadas, que foram implantadas os SAF's, além de dar diferentes rendas para as famílias, às vezes, em dois, três hectares o agricultor tem três, quatro tipos de rendas, faz um trabalho de recuperação ambiental maravilhoso. Então as pessoas gostam muito disso, desde grupos de indígenas, grupos de agricultores a professores de universidades, jornalistas, pesquisadores, vão visitar o RECA para poder conhecer isso e fazer estudos e re aplicar esse trabalho que a gente faz em outras regiões, levar o que o pessoal está considerando um modelo. Neste ano nós tivemos essa produção de cupuaçu, tem algumas imagens ao fundo dos SAF's, cupuaçu com leguminosas, o fruto, a polpa, a manteiga que antigamente era um subproduto, hoje

praticamente é o produto principal do cupuaçu. Nós produzimos mais de um milhão de quilos de frutos nessa safra de 2012, trezentas toneladas de polpas, trinta e cinco toneladas de manteiga em torno de cinquenta toneladas de cupuaçu.

Temos um trabalho muito legal com o açaí, nós contamos uma história, que o açaí na nossa região... tinha entrado um palmitero, e estava cortando todo o palmito da região, e comprando dos agricultores, pagando R\$ 0,60, R\$ 0,70 centavos a haste do palmito. Começamos um trabalho para poder não levar o palmito a extinção, levar o açaí a extinção, começamos a comprar o açaí do pessoal para incentivar, e se tornou um dos nossos produtos principais, na época nós pagávamos cinco reais a lata, o cara deixou de vender a oitenta centavos uma haste, e vender por um valor bem mais elevado. O açaí por ser solteiro, quando cortado, não produz nunca mais, e o agricultor começou a ter uma renda todos os anos. Esse ano nós já tivemos uma produção de mais de 150 toneladas de polpa de açaí, de extrativismo. Um trabalho, também muito bacana que estamos fazendo, é com a castanha. Nós temos um trabalho com a pupunha, com o registro do Ministério da Agricultura. Trabalhamos com semente certificada, e comercializamos para todo o Brasil. Comercializamos na safra deste ano 33 toneladas de semente e já beneficiamos mais de 90 mil quilos de palmito. E um trabalho bem bacana que o RECA está desenvolvendo com a castanha, nós começamos... não tem muito tempo que iniciamos esse trabalho, e estamos trabalhando, tanto com a castanha cultivada como na extração da castanha da floresta, com extrativismo e a castanha que está sendo cultivada no sistema agroflorestal.

Quanto ao trabalho de comercialização, temos uma distribuição no Rio de Janeiro, temos representante em São Paulo, temos representante em Porto Velho, temos uma Distribuidora em Rio Branco, e realizamos a maioria das vendas diretamente do RECA. Acho que na comercialização, não podemos deixar de destacar um dos trabalhos principais que temos feito com algumas empresas que estão voltadas, fazendo o trabalho do comércio justo e solidário, que estão praticando o desenvolvimento sustentável.

Esse ano nós calculamos que o nosso movimento vai passar de quatro milhões, quando concluirmos as vendas no final do ano.

Do trabalho da pedagogia de alternância, eu já falei. Nós tivemos durante os dois últimos anos com alguns parceiros: o pessoal da CEPLAC, o pessoal CPT, o pessoal da EMBRAPA, discutido, montando o nosso planejamento estratégico, que além de alguns pontos, apesar de termos levado em conta, que é muito bom. Acho que por causa disso estamos empolgados com o trabalho, por ter dado positivo. Desenvolvemos esse planejamento estratégico, com a ideia principal de triplicar a nossa produção até 2016. E dentro disso, nós já elaboramos um projeto, encaminhamos para o BNDES, onde o objetivo é a implantação de mais trezentos hectares de sistemas agroflorestais, a construção de uma nova indústria de polpas, porque a nossa indústria está muito defasada, e tem uma série de outras atividades. Estamos correndo atrás de parcerias para poder melhorar o nosso parque industrial, nós queremos reformar a nossa indústria velha para adequá-la só para a produção de açaí; geleias e doces, e construir uma indústria nova para a polpa de cupuaçu, que é nosso produto

principal, já produz em grande quantidade. E se pensamos em triplicar... a infraestrutura que nós temos lá é totalmente defasada. E como uma das ideias que temos, e temos muita esperança de que esse processo venha contribuir com a organização, seja a questão de algum estímulo, de incentivo fiscal. Nós coletamos alguns dados dos nossos tributos, do que nós comercializamos só em 2012, da safra de 2012, até hoje tivemos esse montante de tributos que foram pagos ao Governo do Estado, de praticamente quatrocentos mil reais. E lembrando que nós não finalizamos a nossa comercialização, porque principalmente a questão dos óleos e das manteigas se finaliza mais no final do ano. E, além disso, mais os tributos federais que se aproximou duzentos mil reais. Para nós é muito importante ver isso, porque sabemos que em outros Estados, como no Acre que é nosso vizinho, por exemplo, lá o pessoal tem o estímulo fiscal do Governo onde a Cooperativa, tudo que vende, recebe em crédito. Então ela pode adquirir todos esses recursos em equipamentos e maquinários para poder ser utilizados na própria Cooperativa, o que levaria isso ao RECA dar um impacto assim que... não teria hoje o que dizer de como seria importante se isso pudesse vir a acontecer para melhorar nosso desenvolvimento, e para estimular o desenvolvimento das nossas famílias. É interessante lembrarmos que no estatuto do RECA, o objetivo principal do RECA é a fixação da família no campo, todo mundo sabe que um dos maiores problemas que tem no Brasil, hoje, é a questão do êxodo rural, que a família se empolga com o cara que vem e oferece um dinheiro na terra dele, e vende, vai para a cidade, e todo mundo sabe o final da história. Qualquer um que for visitar Nova Califórnia, apesar de distante, de nós termos muitas dificuldades, se você entrar num ramal onde os grupos do RECA são fortalecidos, e você entrar num ramal onde não tem grupo do RECA, onde não tem agricultores do RECA, vocês vão se surpreender por ver a diferença nítida, do que esse trabalho do RECA tem proporcionado para esse sentido de fixação. Se você entrar num ramal onde as famílias todas estão ligadas ao trabalho do RECA, você percebe que a cada quinhentos metros, mil metros, mil e quinhentos metros tem uma família morando, tem escola, tem igreja, tem campo de futebol. Se você entrar num ramal onde não tem o pessoal ligado ao RECA é só fazenda, você anda num ramal de vinte, trinta quilômetros, é só pasto e não tem mais nada. Então eu acho que a gente fala isso com muita felicidade porque a gente percebe que durante todos esses anos de lutas, o objetivo principal, a meta principal está sendo atingida, que é fixar o homem no campo e melhorar a qualidade de vida.

O pessoal que fundou o RECA conta que na época que começaram o primeiro projeto, a situação era tão difícil que o pessoal ia para a cidade catar semente de cupuaçu no lixo para plantar as primeiras propriedades, e os caras compravam as marmitas e dividiam em dois, porque não tinham dinheiro para pagar a comida, isso não é história, isso é real, aconteceu com pessoas lá. Em Rio Branco tem uma fábrica de gelo, se você chegar lá e perguntar para o dono da fábrica de gelo; ele conta bem detalhadamente, recordando de quantas vezes ele deu uma área, uma puxada que tem atrás de sua fábrica, um local para os agricultores dormir, eles forravam com papelão para dormir. Eles não tinham dinheiro para pagar hotel. E hoje tem muitas pessoas que têm dúvidas com relação à implantação

do Sistema Agroflorestal, se dá resultado ou não. Se visitarem o RECA vão ver que não são todos os agricultores, mas os agricultores que engajaram, que abraçaram a causa e que implantaram seu sistema agroflorestal tem uma qualidade de vida muito melhor. Quase todos têm uma casa de alvenaria, já tem uma máquina, um implemento agrícola, já tem um carro para poder passear, moto, então isso para a gente é muito, muito vitorioso.

A SRA. SIMONE KAIFER - Eu só queria agradecer juntamente com o Hamilton, que já falou bastante coisa a respeito do projeto, a Deputada Epifânia e ao Deputado Luiz Cláudio, por essa oportunidade que a gente tem de estar junto, tentar construir também, já tem bastante coisas elaboradas, temos uma oportunidade e é o momento de fazer, de falar, porque depois, como a gente estava conversando no grupo nosso... viemos num grupo do Projeto RECA... ai depois sim, é o momento de cobrar, e a gente quer ajudar a fazer, mas também queremos poder cobrar. No momento que eu posso auxiliar, construir eu posso também cobrar. Uma outra coisa importante quanto ao RECA, é que nós estamos em extensão rural, acompanhamos os agricultores no projeto dessa importância de ter a cooperativa, a associação dentre outras, e fazer com que ela se sustente, é levantar essas bandeiras, por exemplo, RECA, é o nome do Projeto RECA, mas ela levanta a bandeira da sustentabilidade que trabalhamos tanto hoje, a gente quer deixar isso firme e o quê que a estamos fazendo para deixar isso? O que estamos colocando em prática? Outra coisa, além disso, a geração de renda, essas famílias, o conforto que fazemos com coisas simples, mas que fazem com que eles estejam, permaneçam no campo. Nós que estamos no campo no dia a dia, quando chegamos em muitas propriedades, sabe o vemos? É o pai e a mãe com uma certa idade, sozinhos, porque os jovens foram embora por não terem perspectiva de vida ali. Vou fazer o que? são coisas que as associações, um conjunto, tentam fazer com que as pessoas queiram permanecer ali porque tem um resultado. E eu dou graças a Deus porque sou um exemplo disso, meu pai é um fundador sócio do RECA, tive essa oportunidade, fui estudar, tive essa chance, pelo Projeto RECA, voltei, e hoje trabalho com eles. Damos assistência junto a cooperativa, isso é um exemplo, e tantos outros com esse trabalho estar fomentando, é um exemplo que queremos que muitos outros sigam.

É só, só algumas palavras.

Obrigado.

O SR. HAMILTON CONDACK – Só mais uma... a COOPER-RECA está à disposição, agradecemos mais uma vez a todos, e quem quiser nos visitar, conhecer nosso trabalho, estaremos lá para receber com o maior prazer, poder conversar e dialogar a respeito da nossa luta.

Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Gostaríamos de cumprimentar ainda, a Sra. Deputada Epifânia que preside esta audiência pública; o Sr. Gilberto Batista, Superintendente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; o Sr. Edjales Benício de Brito, membro do Fórum Rondoniense de Economia Solidária; o Sr. Rafael Vargas,

Secretário da Diversidade Humana da União Geral dos Trabalhadores; o Sr. Antonio de Almeida Sobrinho, Presidente da Cooperativa Mista Agrícola do Estado de Rondônia – COOMA PEIXE.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Quero agradecer a contribuição do Hamilton e da Simone, eu, graças a Deus sou uma pessoa que tem oportunidade de visitar sempre e comprar o meu palmito, o melhor palmito e num preço bem acessível, de vez em quando a gente traz um licorzinho para dar para os amigos, e realmente é uma referência, para que sempre que temos oportunidade, divulgamos esse trabalho. Estive há poucos dias lá em Alvorada do Oeste, também numa Cooperativa, e aproveitamos a oportunidade para convidá-los, eles estão aqui, já falamos também do trabalho de vocês, porque realmente é uma grande referência, eu conheço praticamente todos os produtores. Visitei as casas deles e tudo que foi colocado aqui é sem dúvida, muito verdadeiro porque vemos a qualidade de vida que as pessoas têm na sua propriedade rural.

A Simone, ficamos muito feliz também, é filha, como ela falou aqui, de um dos fundadores do RECA que teve essa oportunidade de estudar, é engenheira agrônoma e hoje ela mesma presta assistência. Então, é isso que queremos, que possamos avançar. Um dos itens que compõe a lei, é o item nº 11, que é “reconhecer, incentivar e viabilizar a participação de cooperativa do ramo educacional na celebração de contratos e convênios com a Secretaria de Estado da Educação, objetivando atender a demanda de alunos em localidades urbanas e rurais que não foram atendidas na sua localidade pela SEDUC”. Então, além da questão das Escolas Famílias Agrícolas, dentro desse nosso espaço de vivência pensamos em outras oportunidades, com o apoio do Governo do Estado, não é isso Deusemínio? Então, essa lei realmente tem uma amplitude que possibilita muitas questões. Por isso que eu digo, mais uma vez, que fazemos essa audiência pública educação e agricultura sempre pensando nesse princípio que foi colocado aqui pelo RECA, que é a fixação do homem no campo, e sem a educação é muito difícil fixarmos qualquer ação e pensar em desenvolvimento, por isso agradecemos a contribuição do RECA.

Para fortalecer ainda mais a continuidade dos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Antônio Deusemínio de Almeida, Secretário Adjunto da SEAGRI, para falar, também, um pouco mais sobre o Cooperativismo.

O SR. ANTÔNIO DEUSEMÍNIO DE ALMEIDA – Bom dia a todos e todas.

Quero dizer da minha satisfação, de estar vivendo este momento com vocês. Há muitos anos que eu esperava por este momento, acredito que vai ser um dia maravilhoso para todos nós de Rondônia.

Quero saudar a Deputada Epifânia e agradecer pelo convite, pela oportunidade. Ela convocou esta audiência pública juntamente com o Deputado Luiz Cláudio, parabéns a vocês dois deputados que entenderam a mensagem que veio da nossa secretaria, da SEAGRI com outros parceiros, no sentido de discutirmos neste Estado, uma proposta de apoio ao cooperativismo, ao associativismo e a economia solidária, então

é uma proposta que veio de vários parceiros. Quero também saudar o nosso parceiro da Mesa, Salatiel, Genair, meu amigo, Edson Vicente; Secretário Anselmo de Jesus, pessoa que aceitou esse desafio juntamente com nossa equipe, ele deu o comando, disse assim: “vamos fazer”, chamamos o Bosco que é um técnico nosso, e com nossos parceiros viabilizamos essa proposta de lei. Cumprimento também o César, amigo Wilson Destro, da CEPLAC, meu companheiro, e meu conterrâneo Mineiro, Atleticano também como eu, parabéns para vocês.

Bom, eu quero dizer que quando começamos a discutir essa proposta, fomos buscar alguns parceiros para fundamentar legal essa proposta. Temos a Irenilda da EMATER, pessoa que trabalha há muitos anos com isso no Estado, ela contribuiu muito com essa proposta, e nós fizemos algumas considerações, mas como o Deputado Luiz Cláudio colocou, hoje é apenas o pontapé inicial, nós estamos simplesmente colocando a apreciação do Estado de Rondônia, de todo conjunto da sociedade para discutir essa proposta de lei. Nós entendemos que um Estado como Rondônia, um Estado maravilhoso que tem tanta terra, tantos solos bons, tanta água, tem tanta riqueza, tanta gente trabalhando, porque as cooperativas ainda não estão, estou falando mais dos produtores rurais, ainda não estão funcionando de fato? Está faltando alguma coisa, está faltando o apoio do Governo do Estado, está faltando o alinhamento do governo, no sentido de apoiar essas iniciativas tão exitosas como nós vimos aqui do RECA. Eu pude presenciar, nós fomos o mês passado no RECA e eu fiquei muito feliz, Hamilton e Simone, de ver, conhecer a experiência de vocês e sabermos que isso é Rondônia, está acontecendo em Rondônia, não é no Paraná, Santa Catarina como falam – “Ah, só dá certo cooperativismo lá fora”, nós temos experiência no Estado de Rondônia, e assim como o RECA, nós temos outras experiências maravilhosas, COOCARAM e outras organizações, mas precisamos no nosso governo, no governo da cooperação, também ser o governo das cooperativas, e fazermos com que essa união aconteça de fato, que não fique apenas uma cooperativa isolada, uma aqui, outra lá, mas que nós tenhamos neste Estado um plano estadual que venha apoiar, que venha ajudar. Então, eu fiz algumas considerações para vocês, a fim de clarear melhor essa nossa proposta e para vocês entenderem a minha paixão pelo cooperativismo.

Há 30 anos, eu tinha 18 anos e estava estudando na Escola Agrícola, fui convidado a pleitear o cargo de presidente da Cooperativa de Alunos, eu estava vindo da roça, nem sabia o que era cooperativa e fui convidado a ficar como presidente, fiquei dois anos, e gostei muito. O cooperativismo, Salatiel, é como um vírus que entra na gente e nunca mais sai, ela contamina a pessoa, tenho certeza que é esse vírus que contaminou o Salatiel e todos que estão aqui na mesa e todos vocês. Com certeza quem ainda não tem conhecimento do cooperativismo, a partir de agora vai saber quais são os princípios que norteiam o cooperativismo e certamente esse vírus vai contaminar e vai a partir de hoje, trabalhar no Estado de Rondônia para colocarmos essa política para funcionar de fato no Estado. Estamos falando do POLESOL, que é Política Estadual de Apoio ao Sociativismo, Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável. Agora, tem gente que pergunta assim: “ah, vamos ter que dividir?” Não sabemos,

talvez vamos ter que colocar economia solidária de um lado, cooperativismo do outro, desenvolvimento sustentável de outro, mas tem que haver uma proposta de lei que venha contemplar todos segmentos, segmentos nos conduzam a sustentabilidade. Eu vou falar um pouquinho do cooperativismo, que é a doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades. O interesse coletivo, é o princípio de cooperativa com êxito.

Em 1944 começou na realidade, o cooperativismo, o ato de se cooperar é muito antigo, muito antigo. Os INCAS, os MAIAS, já faziam isso nas suas organizações, mas não era, não conhecia a terminologia "cooperativismo". Então em 1944, com grupos de tecelões da cidade de ROCHDALE na Inglaterra, nasceu a primeira cooperativa de consumo da história, parece-me que foram vinte e oito pessoas, era uma mulher e vinte sete homens, então começou nessa ocasião. O cooperativismo norteia em sete princípios, princípios que com certeza convencem a qualquer pessoa a lutar por essa causa. O primeiro princípio é adesão livre, entra quem quiser, sai quando quiser, não é nada obrigado. No cooperativismo, as pessoas entram quando elas entenderem que a cooperativa realiza, participa da sua necessidade, contempla os seus anseios. Então, a pessoa faz a sua adesão espontaneamente. O segundo princípio é a gestão democrática, e quem manda não é o presidente, não é o diretor, mas, é o conjunto das pessoas. Então, nós temos a assembleia geral que são os órgãos máximos da cooperativa, temos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. É tudo de forma democrática, isso nós podemos verificar muito fortemente na experiência do RECA, são onze grupos de trabalho, o grupo de produção, onde os líderes veem para participar das reuniões.

Uma vez uma pessoa falou comigo assim, isso há muitos anos. Perguntaram para alguém do RECA, qual o segredo do RECA? Isso há muitos anos, a pessoa falou assim: nós aprendemos a fazer reuniões. Quando eu fui, agora, lá, eu entendi aquilo realmente, o RECA está sempre reunido na base de produção e na central. O terceiro princípio é a participação econômica dos membros, é o sistema de cotas; cada membro entra com sua cota e em função dessa cota, ele exerce a atividade com a cooperativa, lógico, ele participa dos ônus e dos bônus se der resultado, e tem resultado, se tiver dívidas, ele também tem que ser solidário, então é de um lado e do outro. O quarto princípio é muito interessante, é a autonomia e independência, aqui não tem credo, não tem ingerência política, não deve ter nada de interferências, a cooperativa, é autônoma, é independente. O quinto princípio, eu achei muito interessante, que é colocar a questão da educação, formação e a informação, itens muito importante no nosso processo de desenvolvimento sustentável do nosso Estado... em especial aos jovens e aos líderes comunitários, e isso nós podemos verificar in loco, na experiência do RECA, o empoderamento da juventude. Então, eles têm uma escola que formam os seus técnicos, esses técnicos voltam para a comunidade, raras as exceções saem da comunidade. Então, precisamos colocar neste Estado uma proposta de apoio ao cooperativismo, para que possamos ter formação em todos os níveis, em todos os cantos deste Estado. Como a Deputada colocou, até na questão da formação é formal mesmo. Precisamos ter escolas neste Estado, de parceria,

dentro do cooperativismo, para viabilizar também a questão da formação técnica dos nossos jovens e também dos líderes comunitários. Portanto, entendemos que é preciso um grande processo de capacitação das pessoas, objetivando uma produção mais sustentável.

O sexto princípio: a intercooperação. É a cooperação das cooperativas, elas exercem esse trabalho através do ato cooperativo, elas podem ter ajuda mútua, ou seja, uma ajuda a outra. Temos em Rondônia, mais de mil associações, o princípio do ato cooperativo já existe, ela já faz isso. Semana passada, eu visitei um grupo na região de Jaru, quatro associações que já fazem, que já tem o espírito cooperativista, que já fazem o ato cooperativo, mas não sabem disso ainda. Quando eu perguntei assim: porque vocês não colocam, porque vocês não constroem uma cooperativa? Percebi que eles têm medo. Então isso é uma situação que nós estamos observando no nosso Estado, em decorrência de grandes fracassos que já houve no passado. Então essa política, essa proposta, vai fazer com que esse medo caia por terra, que as pessoas entendam que o mais difícil é estabelecer o ato cooperativo, e as associações já fazem isso. É preciso apenas, a instrumentalização para se tornar uma cooperativa de fato, para que possam comercializar os seus produtos, a associação não pode comercializar. Por fim, o desenvolvimento sustentável do meio, é maravilhoso esse princípio. A cooperativa não está preocupada apenas com o resultado econômico para cada associado dela, mas há preocupação com o meio onde está inserido, isso que é importante. Imaginem vocês, se nós tivéssemos cinquenta, cente, mil RECAS, nesse Estado de Rondônia, como seria nossos rios, nossas nascentes, nosso solo? Então, é mais ou menos essa a nossa proposta, de termos no Estado uma política de apoio a esse segmento para que a gente possa ter de fato organizações fortes, produzindo e ajudando a cuidar do meio onde está inserido, pensando que é preciso produzir, mas garantindo a sustentabilidade das gerações que virão no futuro. É esse o princípio fundamental do cooperativismo que há mais de cem anos existe, e que muitas pessoas não sabem disso. Então eu acho que essa proposta, esse momento oportuno que estamos aqui é para potencializar, transformar isso, numa lei estadual, focada na produção com sustentabilidade, com parceria muito forte com a educação, parceria com a Secretaria de Ação Social, parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social, parceria com a SEDAM, com o governo da cooperação com a OCB e todos os demais parceiros; FAPERON, FETAGRO, todos os parceiros juntos, numa proposta de um desenvolvimento sustentável para o nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado a todos vocês.

Fiquem com Deus.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Agradecer ao Secretário Adjunto da Agricultura, Deusemínio. Eu acho que quem não gosta, quando ouve o Deusemínio, no mínimo fica curioso, eu queria só falar para o Secretário Edson, que lá em Alvorada, tem um monte de mulheres cafeicultoras cooperadas, e que vou mandar lhe procurar para dar a devida lição a Vossa Excelência. Ele disse aqui, que sempre nas cooperativas, sempre tem uma mulher para atrapaalhar o trabalho, eu sou a única mulher aqui, mas, eu queria dizer a Vossa Excelência que eu sou a Presidente aqui da Mesa.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhora Presidente, com a permissão de Vossa Excelência, quero cumprimentar aqui o Senhor Fernando Fernandes, Vice-Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária. Senhor Antônio Francisco, Secretário Municipal de Agricultura de Alto Paraíso, sejam todos bem vindos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Concedo a palavra ao senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Bom dia a todos! Deputada Epifânia Barbosa, com muita honra... sem dúvida representa muito bem essa Assembleia Legislativa e esta Mesa. Quero cumprimentar o Deputado Luiz Cláudio, membro e Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo na Assembleia Legislativa, aqui do Estado de Rondônia; Anselmo de Jesus, representante do Governo do Estado; Edson Vicente, Secretário da SEDES, que também faz um grande trabalho nesse governo, aonde apoia e incentiva todo segmento da sociedade. Em nome do Wilson Destro, quero cumprimentar os demais que compõem esta Mesa.

Tenho certeza que este momento Deputada Epifânia, é um momento especial para o Estado de Rondônia, aonde a sociedade se une em prol de um objetivo coletivo, e a sociedade unida, reivindica, Milton, com mais veemência, Deusemínio, porque uma sociedade que se organiza, tem em suas mãos o poder da cobrança. Os nossos governantes têm que entender que é da base que sai as melhores propostas, Deputada, é na base que é sentido realmente a dor e ao mesmo tempo a alegria. Falando em alegria, me sinto muito honrado neste momento, de representar uma instituição regida pela Lei 5.764, de 1971, às vezes arcaica, antiga, mas também que tem algumas mudanças tramitando no Congresso Nacional. Recentemente a nossa Presidente Dilma, sancionou o ramo trabalho, sancionou a Lei 130 das Cooperativas de Crédito aonde regulamenta baseado nas normas do Banco Central. Quando o Deputado Luiz Cláudio, propôs um estudo melhor, é porque nós devemos acompanhar o que está acontecendo, e isso vem fortificar o sistema cooperativista, porque o Congresso vota, as comissões analisam essas mudanças para o desenvolvimento, pois é um momento muito importante e salutar para o cooperativismo.

A ONU elegeu o ano de 2012, como o ano internacional das cooperativas, uma instituição que compõe quase 200 países, Edson, houve um entendimento que o cooperativismo é a melhor saída para a humanidade, porque é onde distribui emprego, distribui renda, gera empregos com qualidade. Na sua gestão democrática, no princípio, Deusemínio, não existe quem pode mais, e quem pode menos, é um modelo de igualdade social, no cooperativismo nós percebemos isso. Foi o que a ONU elegeu, Gilberto, o ano internacional das cooperativas, o ano de 2012.

Quando vejo a EMATER, quando vejo a CEPLAC, Ministério da Agricultura, EMBRAPA, FHAPERON, Fernando, MDA, INCRA, o Poder Público se unindo, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado e sociedade... E a EMATER tem um papel fundamental de assistência técnica, a EMBRAPA tecnologia, nós só vamos ter um Estado que não vai depender da folha de pagamento,

quando industrializarmos esse Estado. Anselmo, você que faz um bom trabalho na Secretaria de Agricultura, tem visitado as associações e cooperativas, sabe muito bem do que estou falando. Chegou o momento de mandarmos a nossa matéria prima industrializada, passou-se o ciclo da madeira, aonde vai a madeira e volta os móveis; a borracha, foi a borracha e voltou pneu. Está indo o couro e voltando o sapato e o cinto, Deusemínio, e o cooperativismo proporciona isso. Muito bem colocou, viu Deusemínio, estava aqui na minha fala, falando dos princípios, falando da lei, resolvi deixar um pouco o que está escrito e falar do interesse... pela comunidade que também compõe o sétimo princípio.

Nós temos a 5764, a 1462 de 2005, daqui do Estado, ela ainda está em vigência. Então é isso que nós propomos, para que nós possamos fazer um estudo dos treze ramos do cooperativismo. Acredito que é no fechamento de 2012, que virá muitas coisas boas para o cooperativismo, para o associativismo, para o organismo social, que é a peça fundamental da discussão neste momento, no qual eu parabeno mais uma vez a Assembleia Legislativa.

A 130, já falamos, do trabalho falamos. Temos nas nossas mãos, a lei de Minas Gerais aonde contempla todos os ramos. O sul do nosso país é desenvolvido, mas nós temos pessoas compromissadas também no Estado de Rondônia para desenvolver as ações sociais, tanto no cooperativismo quanto nas associações. Temos leis municipais nos municípios do Estado de Rondônia, de apoio e incentivo, onde deputado Luiz Cláudio, já está sendo beneficiada.

A merenda escolar sai das cooperativas, e é por isso que eu parabeno mais uma vez o Governo do Estado ao encaminhar a lei e essas discussões, isto que é democracia, isto que é ouvir a sociedade. Então, quero agradecer também todos os Presidentes de cooperativas e Associações que estão presentes, e quero dizer que aonde tem o cooperativismo forte na sua essência, o IDH sem dúvida, é altíssimo, assim como acontece no Projeto RECA o qual eu me orgulho muito, por ser um sistema cooperativista. Já tive a oportunidade de visitar e acompanhar o pessoal, Wilson Destro, lá da NATURA visitando e conhecendo. Esses mil e quinhentos que visitaram não é só gente do Brasil, são pessoas também de outros países, não é Simone? Não é mesmo Hamilton? Então, isso é importante, é um modelo de organização social que devemos valorizar, e o cooperativismo está inserido aonde fala de recursos. Precisamos quebrar paradigmas neste Estado de Rondônia, pois temos Procuradores neste Estado, que ainda não entendem a necessidade do Governo fazer convênio com as cooperativas. Se Minas Gerais pode, se o Paraná pode, se o Mato Grosso pode, por que o Estado de Rondônia não pode? Realmente temos que ter pessoas como o Deusemínio, até para dá curso, há pessoas necessitadas, Deusemínio, há pessoas que não entende que este é o Governo cooperação. E temos que viver a cooperação, não só instituição pública com privada, temos que viver cooperação entre nós, família, porque cooperativismo é família, cooperativismo é organização de pessoas que tem o interesse coletivo. A partir da hora que você coopera na sua casa, no seu trabalho, você está vivendo o cooperativismo. E hoje no Estado de Rondônia, a OCB, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Rondônia, contamos com quase 150 cooperativas registradas, representamos um segmento de quase sessenta mil cooperados.

O ramo crédito, por ser o produto, dinheiro, financeiro realmente caminha por uma estruturação, obedecendo normas do Banco Central, é um banco, com uma diferença, lá você não é cliente, você é o dono. Se os bancos estão em greve, mesmo assim estamos de portas abertas para receber os que visitam as nossas cooperativas, porque o funcionário, também, deputada Epifânia, é cooperado, então nas cooperativas nós não entramos em greve, estão todas lá para recebê-los, porque lá o cooperado não é cliente, é dono. E é dessa forma que nós queremos dizer, que temos cooperativas estruturadas.

Confúcio Moura, colocou recentemente aqui na OAB a questão da hidrovia, hidrovia Já! E nós colocamos a disposição as nossas cooperativas do ramo mineral, as quais tem dragas ao longo do Rio Madeira para fazer a dragagem da areia para transitar. Observem, hoje, na matéria dos jornais da cidade: o rio está abaixo quase 3 metros, deputada Epifânia, então vai encalhar as nossas embarcações, vão ter problema com produtos perecíveis. E nós temos as cooperativas do ramo mineral, assim como temos outros ramos para dá apoio, Elisângela, a esse segmento. O Estado de Rondônia passa por uma evolução crescente e nós não podemos parar a economia deste Estado. As cooperativas estão ai presentes. Então, eu quero propor que nós possamos discutir com carinho os 13 ramos, constituir um grupo de pessoas, uma comissão, para que possamos analisar a tecnologia e pesquisa presentes aqui na Mesa; a EMATER Assistência Técnica, nós do segmento dos 13 ramos para que nós possamos propor melhorar cada vez mais. Essa proposição do Governo do Estado está de parabéns, mas nós precisamos melhorar cada vez mais, e que as pessoas possam entender na essência, e viver no dia a dia o que é o cooperativismo.

Quero passar o telefone da OCB, é 3229-2866, me coloco a disposição dos senhores e das senhoras que queiram conhecer o cooperativismo, para que possamos, no momento ímpar para o Estado de Rondônia, como esse, plenário lotado de pessoas que representam a sociedade, buscando o entendimento para o nosso Estado de Rondônia, viva o cooperativismo! Viva o Estado de Rondônia! E que tenham todos, uma audiência bem tranquila, de paz, de harmonia e que Deus possa abençoar todos nós.

Muito Obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Agradecemos a contribuição do Presidente da OCB, Salatiel, que também enriquece aqui, trazendo uma textualização mais ampliada dentro da legislação nacional, para que possamos fortalecer ainda mais a nossa discussão local.

Dando continuidade, para democratizar um pouco mais aqui a fala, já ouvimos um representante da cooperativa, o qual trouxe experiência do RECA, e antes de dar continuidade aqui na Mesa, vamos passar a fala a Senhora Soraya, coordenadora do Programa de Economia Solidária da SEAS, pois é importante, também, termos essa contribuição da economia solidária aqui no Estado.

A SRA. SORAYA RACHID BRUXEL – Quero dar o Bom dia a Excelentíssima Deputada Epifânia Barbosa, em nome de quem cumprimento as autoridades desta Mesa e a Senhora Marlene Marques, Coordenadora e Presidente do Fórum Municipal de Economia Solidária de Porto Velho.

Quero começar falando aqui hoje, da economia solidária no Brasil, ela tem uma Secretaria Nacional, a SENAIS, ligada ao Ministério do Trabalho Emprego e nesta Secretaria nós temos o sistema de informação onde estão cadastrados mais de vinte mil grupos de economia solidária, entre cooperativas e Associações e grupos informais. E também existem mais de dois milhões de pessoas que integram, de brasileiros que integram esse grupo, e essa pesquisa na realidade atingiu apenas 60% dos municípios brasileiros. Quanto ao PL que está em discussão, eu já até conversei com o Deuseminio. Nós temos algumas considerações que para nós são importantes:

1 - Na mensagem que foi enviada para esta Casa, falava que não concordamos quando se fala que a economia solidária é uma economia de subsistência. A economia solidária promove o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

2 – Foi a nossa grande surpresa, pois na economia solidária um dos princípios básicos, além do cooperativismo que é o primeiro princípio básico ao cooperativismo é a autogestão, é o diálogo. E em nenhum momento foram chamadas essas pessoas que trabalham com a economia solidária para discutirmos um pouco mais a fundo esse PL. Então a gente fica muito surpresa com isso. Outra coisa que nós não concordamos, é que nesse PL não é reconhecido os empreendimentos econômicos solidários em sua totalidade, apenas as Associações e as Cooperativas, e não traz indicativo de como reconhecer os empreendimentos informais como nós reconhecemos na economia solidária. Outra situação neste Projeto de Lei, é que fala sobre apoio, nele está muito restrita a agricultura familiar e ao meio rural, e não é verdade, porque na realidade a economia solidária contempla as Cooperativas urbanas, as Associações e os grupos também urbanos, haja vista, o Fórum Municipal de Porto Velho que é formado quase essencialmente por mulheres artesãs do Município. Então eu quero falar também do fórum rondoniense de economia solidária, do qual a SEAS representa os gestores. A SEAS também, este ano... nós estamos realizando plenárias locais, realizamos já cinco plenárias nos municípios de São Miguel, Guajará, Porto Velho, Ji-Paraná, e ontem retornamos de avião de Cacoal, para podermos estar presentes aqui. Nessas plenárias, estamos discutindo entre outras coisas a criação de um Marco Legal para a economia solidária, como está sendo discutido em nível nacional. Nós estaremos realizando de 09 a 11 de outubro a nossa plenária estadual, onde um dos assuntos é também a criação desse Marco Legal, num processo de diálogo, de cooperação para podermos a partir de 2013, termos um Marco Legal específico para a economia solidária como está acontecendo em nível nacional. Existem outras considerações ainda, porém, estamos focando na questão da economia solidária, e propomos a criação de um grupo de trabalho chamando diferentes órgãos do Governo, e também a sociedade civil, para começarmos a pensar coletivamente no que acontece na economia solidária, que é a criação do nosso Marco Legal Estadual, e que esse Marco Legal, venha para ser assumido e incorporado pela sociedade civil e pelos beneficiários. É isso que queremos, um Marco Legal, onde possamos construir com os nossos princípios, com as nossas bases, e que seja incorporado, não mais uma lei a ser criada e que não nos diz muita coisa. Então até onde podemos entender, até onde conseguimos discutir com o pouco tempo

que tivemos, não concordamos que a economia solidária esteja dentro deste PL que está sendo construído, que fique tudo junto, porque parece que fica uma coisa muito misturada, porque na realidade o cooperativismo é um dos nossos princípios. Então, para nós não diz muita coisa. Como em nível federal, também se construa um Marco Legal Estadual. Eu quero só lembrar, também, que já existe, por exemplo, países como no Equador e em alguns outros países na América Latina, onde a economia solidária faz parte do Governo. Por exemplo, eles não precisam de leis, já criaram essas leis, onde eles compram diretamente das cooperativas, diretamente das associações, sem nenhum problema, sem nenhum entrave. Nós estamos aqui para ajudar, para colaborar, mas infelizmente para nós, agradecemos o apoio, agradecemos a ajuda, mas pensamos que a economia solidária, tem que ter o seu Marco Legal separado, feito, criado, discutido com a sociedade, com os beneficiários.

Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Soraya, só um esclarecimento. Você está propondo que a economia solidária não componha essa legislação? Só depois do Marco Legal?

A SRA. SORAYA RACHID – Só depois do Marco Legal. Nós queremos discutir essa criação do Marco Legal Estadual, foi isso que nós conversamos, eu posso até falar, o Fórum Rondoniense, a SEAS, o Fórum Municipal, a Canindé, nós conversamos e gente propõe que seja uma coisa separada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Nós vamos fazer o registro, não é Deuseminio? Depois, na criação do grupo de estudo aqui da Comissão, vamos tratar essa questão, só para ter a certeza que tem o registro.

Obrigada, Soraya, pela contribuição. Vamos chamar, também, o senhor Nagato Nakashima, Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado de Rondônia.

O SR. NAGATO NAKASHIMA – Da minha parte é somente uma sugestão a fazer. Como nós já perambulamos pelo Estado de Rondônia 40 anos, vivemos aqui na região 40 anos, nesses 40 anos como profissional, na assessoria do Governo, essas coisas todas, fizemos muita coisa, porém, tem alguma coisa que sempre encontramos quando fazemos palestras, reuniões, é o seguinte: a regularização fundiária, que foi discutida no passado mais a regularização fundiária para quem produz. A importância da regularização fundiária, é garantir o financiamento. Como dizem que está em tramitação ou está entrando em tramitação o Projeto de Lei nº 081, seria oportuno que criasse um Fundo Garantidor de Adimplência, para que a população interessada em produzir e financiar possa adquirir financiamento baseado no Fundo Garantidor de Adimplência. Fiz a proposta nessa última conferência, a primeira e a última conferência que foi realizada aqui em Porto Velho, de Desenvolvimento Regional, inclusive em nível nacional. Também está se pensando já em função disso, estão pensando em criar Fundo Garantidor de Adimplência. Não vou dizer que é uma emenda, porque eu não sou parlamentar para fazer emenda, porém, uma sugestão para que possa amenizar a dificuldade de financiamento. Durante a conferência, nós propusemos também, que seja inserido neste meio de cooperativismo,

associativismo, propusemos, também, o desenvolvimento vertical da pecuária, cadeia produtiva da pecuária, porque nós desenvolvemos horizontalmente a pecuária, nós precisamos passar para o setor primário, para o setor secundário, do setor secundário para o setor terciário. Para isso, é necessário a criação de uma estrutura que venha fazer o acompanhamento, não é Secretaria, não é nada; uma estrutura que possa fazer o acompanhamento do desenvolvimento sustentável vertical da pecuária. São essas situações, que precisamos começar a estudar, por quê? Porque trezentas mil pessoas do Estado de Rondônia, principalmente do setor rural, vivem na situação de miséria, e não é justo. O cooperativismo é importante sim, mas acho que é muito mais importante fazer com que esta cadeia produtiva possa desenvolver.

Era essa colocação que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Quero agradecer ao senhor Nagato, e só para registro, o artigo 3º, o inciso VI, tem um item que trata o seguinte: estabelecer incentivos financeiros, fiscais e creditórios aos programas, projetos e atividades das sociedades cooperativas, em parceria com o Governo Federal e Prefeituras municipais. Então eu creio que essas sugestões apresentadas, tanto pelo Salatiel quanto, aliás, o RECA que falou do incentivo, dos incentivos fiscais, que é o cooperativismo, agora apresentado, também, pelo seu Nagato, do Fundo Garantidor de Adimplência e a própria estrutura dentro do Governo do Estado, para trabalhar essa questão do desenvolvimento vertical da pecuária. Acho que depois de finalizada a questão da legislação, e for trabalhar o decreto, o decreto que vai regulamentar a lei, eu creio que essas questões, nós poderemos estar compondo depois que a comissão aprovar o que foi encaminhado por aqui.

Dando sequência, vou convidar, intercalando novamente com a Mesa. Convidar, agora, o Excelentíssimo senhor Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC em Rondônia.

O SR. WILSON DESTRO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, em nome da Deputada Epifânia; Secretário Anselmo, Edson, Salatiel, Genair. Quero parabenizar pelas colocações, aqui, ao César, ao Alberto.

Eu não poderia deixar de contribuir com algumas reflexões que a gente sempre fez e faz, com relação ao Cooperativismo, e citar, parabenizar você Deuseminio, por essa, por esse sonho. Acho que a sustentabilidade da Cooperativa agora está ganhando mais uma perna, uma perna fundamental, em uma Mesa de discussão que é a questão política. Nós temos discutido muitas questões, e eu posso dizer isso de infância, que a primeira vez que eu participei de uma discussão de Cooperativismo, foi em 1973, junto com meu pai que foi em uma reunião de uma Cooperativa em Maringá. Era um pequeno produtor de milho e café e lembro-me daquele momento, onde se começava a discussão na região do Paraná, e se passou muitos anos até que o próprio Paraná tivesse uma lei, tivesse uma conduta, tivesse uma história. É lógico, que o Estado achou seu jeito, seu sonho, uma forma de caminhar, e está lá, caminhando. No Estado de Rondônia, existem alguns jargões, Deuseminio, que infelizmente nós teríamos que refletir de quem são esses jargões? São fatos que aconteceram, e impediram

que as Cooperativas dessem certo, e creio que dentro do sétimo princípio, se nós olharmos porque não deu certo, foi porque um dos princípios foi totalmente corrompido, seja a forma de criação, seja a forma de adesão, seja a vontade da época de se criar a Cooperativa de cima para baixo, e nunca funcionou, e nunca vai funcionar. Seja em qualquer regime, nunca funcionou e nunca vai funcionar. Então parabeno essa questão da lei, parabeno a proposta que se teve aqui, com relação a se adequar, colocar em linha com a discussão federal. Eu conheço um pouquinho mais de Cooperativa, não só por ser profissional da área de agronomia, mas como cooperador. Eu sou cooperador de duas Cooperativas há muitos anos, em cima daquilo que eu posso cooperar como servidor Público Federal. Sou cooperador de duas Cooperativas de Créditos, e elas seguem os mesmos princípios, não há separação entre as motivações. Eu digo, até que as Cooperativas, as Associações, o futuro dessas organizações em nível de agricultura familiar com objetivo de se sustentar e dar sustentação a suas comunidades, passa também por uma Cooperativa que seja transversal, não só de produção, mas seja, que permeie em todos os seus sentidos, até mesmo na questão do lazer. Porque se nós pensássemos nos filhos, naquela sociedade que está hoje nas regiões rurais, na qual nós temos... faço como a Simone, que colocou uma experiência, infelizmente esta não é a regra, Simone. Eu tenho que dizer que esta é uma exceção. Os filhos destes produtores, já temos dificuldade de encontrar descendentes, pessoas que estão realmente comprometidas pelas famílias e pela ação local, e a ação local, o Cooperativismo pode e vai ajudar muito com certeza.

A CEPLAC, dentro desta história que eu coloquei, cometeram erros dentro desta terra, também. No passado, se pensou em Ouro Preto, a sigla SICOOP, foi um erro na época, mas na época determinava-se a forma de se criar elas, a sigla SICOOP foi imposição de cima para baixo. Então, eu digo, o conteúdo às vezes está correto, mas a forma é que às vezes está errada. O conteúdo do cooperativismo é secular, e claramente tem evoluído e vai evoluir muito mais.

Parabéns a esta Casa, e parabéns ao encaminhamento que foi dado aqui.

Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigado senhor Wilson.

Convido, agora, o senhor Urias Sérgio Dutra, Presidente da COOCARAM – Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua.

O SR. URIAS SÉRGIO DUTRA – Bom dia a todos os companheiros e companheiras.

Em nome do nosso Secretário Anselmo, quero saudar toda a Mesa, e em nome da companheira Soraya, quero saudar todas as companheiras que se encontram aqui nesta plenária, para ajudar a avaliar esta proposta que temos nesta Audiência Pública, sobre a questão de apoio aos movimentos sociais, essa participação para nós é importante. Eu até fiquei alegre quando ouvi falar aqui sobre a questão da Assistência Técnica, prestar assistência técnica é ajudar, contribuir com as organizações, tanto o sistema de... e falando também pelas Prefeituras, os Sindicatos, as Cooperativas de vários ramos. Justamente isso, é muito importante estarmos discutindo

propostas, para que possamos de fato, juntos, encontrar soluções para organizar melhor, para podermos viver neste Estado de maneira digna. Aí, como a gente faz parte de um setor que é da Agricultura Familiar, e compreendemos muito bem que nós não vivemos sozinhos, tem os outros setores que são muito importantes para nós vivermos juntos, toda a vida. Para isso precisamos compreender, que temos que estar conversando, trocando ideias, porque nós precisamos uns dos outros, em cada área de serviço dessas. Então esta proposta de apoio para ajudar a organizar, capacitar, e resolver dificuldades que nós encontramos, hoje, é muito interessante para nós. E é por isso que este apoio, quando se fala em discutirmos, realmente, a dificuldade que temos hoje, falamos da OCB, da SICOOP, da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar, que é a UNICAFES, isso é muito interessante para nós, não só neste segmento, mas em todos os outros, isto é muito importante. Eu estava me lembrando de um negócio: No sertão da Bahia, uma vez, quando eu saí de lá, eu era de um lugar que chovia pouco, era tão difícil quando íamos buscar água para beber, porque era longe, dava muitas voltas. E quando estamos discutindo isso aqui, eu me lembrei disso. Falei: Que bom, quem sabe, juntos vamos estar encontrando solução. O Governo, realmente, procurando junto com as organizações, criar condições, acabar com muitas dificuldades que temos na questão da Assistência Técnica, crédito, e outras coisas mais para todos os setores de produção do Estado, inclusive da Agricultura Familiar. E aí eu estava lembrando, alguém falou de uma coisa interessante, nós não viemos aqui para estarmos aprovando as coisas agora. Precisamos começar avaliar essas questões, cada local para as pessoas poderem participar, pois existem muitas experiências boas que já deram certo, outras que não deram, isso serve de lição para nós entender? Por isso é que temos que participar. Quando falamos da questão de participação, é isso, é chamar o povo para discutir as coisas, para possamos acertar mais e errar menos.

Na fala do pessoal do RECA, eu observei uma coisa interessante que nós precisamos tomar muito cuidado, porque eles apresentam uma sabedoria muito interessante, que é uma questão sustentável. Se nós não tomarmos esse cuidado no campo, de contribuir, de organizar a estrada, de tirar os tropeços complicados que encontramos, para realmente ficarmos no campo e produzir de uma forma sustentável. Aí é perigoso acabarmos morrendo, matando, a agricultura familiar no Estado de Rondônia, e aí, eu acho que não só eu, mas todos vocês observaram, que eles colocaram uma coisa muito interessante, que é como se faz para realmente trabalhar uma questão para toda vida, para nunca mais acabar. Não é isso? E, aí, a gente não precisa estudar muito, para a gente perceber isso. Parece que alguém até falou em secar a água, secar, acabar. Então eles falaram que tem jeito para que esta questão se resolva, trabalhando o sistema daquela forma, ainda dá tempo. Não é isso? E é por isso que nós estamos discutindo isso aqui. Nós queremos juntos encontrarmos saídas.

Os Municípios da beira da BR do Estado de Rondônia, se eu não estiver enganado, eu acho que não estou, a grande maioria da nossa juventude não estão mais no campo. Não está não, Deusmínio, estão todos na área urbana. Eu não sou contra eles, não, eu fico pensando o que nós estamos fazendo, que política pública nós estamos discutindo para fazer

com que a nossa Juventude fique no campo. Para ser doutor existem várias formas, não precisa vir para a área urbana, lá no campo também podem ser, com a tecnologia que tem dá para ficar lá também, pra isso precisamos tomar alguns cuidados e não podemos deixar para depois, é agora, é agora. Vamos vê se juntos podemos fazer diminui várias burocracias que existem.

No ano passado, fiz um projeto para recuperação de alguns pés de cacau que tem lá onde moro, na Gleba G, demorou mais de um ano para sair, e aí por que isso? Porque tem algumas coisas lá que atrapalham, e acaba atrasando, você entendeu? Em cima disso, tem outras questões, por isso que é interessante o debate, a proposta é para estudarmos juntos, para lermos, deixar o pessoal de cada lugar olhar: olha, isso aqui é bom, então vamos apresentar, depois fazer uma rodada e fazer com que isso vá para o papel e depois do papel para a prática, não é, Marcão? Porque assim é melhor, eu estou até contente, eu estou com 70 e poucos anos, mas estou contente, contente porque eu sei que se tirarmos os pés do chão, se dermos as mãos, vamos fazer com que a agricultura Familiar do Estado de Rondônia se torne forte, forte e sustentável, fazendo da forma que algumas cooperativas, algumas famílias no Estado de Rondônia, tanto dentro da COOCAROM, do Projeto Padre Ezequiel, como de outras organizações que temos aqui em Porto Velho. Em outros municípios, o Projeto RECA está fazendo... com todo o respeito que tenho por outras organizações, nós precisamos está conversando isso para nos tornar forte, para realmente encontrar meios e fazer com que nossa juventude fique no campo. O campo é muito bom, porque é de lá que vem tudo o que é gostoso, que é bom pra gente viver, mas nós queremos parceria com todo mundo, de quem está na área urbana também. Vamos tomar esses cuidados, é para isso que estamos aqui.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Sr. Urias, falou a voz da sabedoria, da experiência, Salatiel; acho que agora nós ouvimos aquilo que você estava dizendo no começo, então a pessoa que realmente, o Anselmo lembrava, que é fundador de tudo, fundador de igreja, de associação, de sindicato, é uma pessoa que realmente traz uma contribuição muito rica pra nós. Já acatando a sugestão dele, eu vou pedir para a Assessoria da Casa providenciar a cópia do Projeto de Lei que está trazendo como Audiência Pública, já para distribuir para todos os participantes que não tiveram acesso, ainda. Então, pedimos que tirem as cópias, e seja distribuído para todas as pessoas.

Dando continuidade, vou convidar até aproveitando a fala do Sr. Urias, eu vou convidar o Sr. Alberto Lourenço, que é o Presidente da Fundação de Rondônia de Ciência e Tecnologia. Fiz questão que ele tivesse presente nesta Audiência, porque é uma instituição do Governo do Estado aprovada este ano, ano passado na Assembleia, que entendemos que seja um grande alicerce, um grande arcabouço para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, em relação às políticas públicas. Eu agradeço a sua presença, e passo para você a palavra.

O SR. ALBERTO LOURENÇO – Bom dia Deputada Epifânia, eu é quem agradeço o convite da Casa, Deputado Luiz Cláudio; é sempre uma honra está aqui na Assembleia Legislativa, está

no Poder Legislativo que é o Poder mais perto do povo. Eu vou abordar a questão do cooperativismo e do cooperativismo para Rondônia, por um ângulo diferente.

Ao saudar a iniciativa dos dois Deputados, quero me referir a uma visão estratégica do desenvolvimento de Rondônia. Na nossa visão e na visão do Governo, nós estamos num momento que é uma encruzilhada no desenvolvimento de Rondônia, se o primeiro ciclo do desenvolvimento desse Estado foi uma expansão sobre a floresta, com baixa tecnologia, com pouco capital, e com produtividade baixa, esse movimento sobre a floresta já se esgotou. Agora, é necessário procurarmos fronteiras internas de produtividade, ou seja, a modernização produtiva para dentro da porteira, isso é uma encruzilhada porque infelizmente, existe com a modernização da agricultura, uma exigência quase fatal de maior escala no Brasil em função até do próprio desenvolvimento histórico, e a modernização da agricultura está profundamente associada a grandes propriedades, mecanização, uso de insumos, alta produtividade, industrialização dos produtos, está associado a grandes capitais e grandes extensões. Rondônia, ao contrário, é um Estado que junto com Santa Catarina tem as menores taxas de concentração fundiária do Brasil; Rondônia ainda é um Estado em que a posse da terra é democrática, portanto, o risco que nós corremos, é que na luta para a modernização da produção agropecuária, nós percamos a luta pela democratização do acesso a terra, e o cooperativismo é talvez o principal vetor de resistência e de superação desse dilema, o dilema de modernizar sem concentrar.

Eu queria alertar também, eu falo sempre, eu não sou político e falo sempre de um ponto de vista acadêmico e técnico que o Brasil já teve, algumas ondas de desenvolvimento cooperativista, eu diria que nós estamos na terceira geração do cooperativismo e as duas gerações anteriores foram marcadas por esperanças, grandes esperanças investidas. Isso aconteceu principalmente no Sul do Brasil e no Sudeste do Brasil, e pela frustração dessas duas ondas, aparentemente agora estamos numa terceira onda de cooperativismo em que as lições do passado foram aprendidas, em que a gestão se tornou mais profissionalizada. Evidentemente que a locação e a visão estratégica ainda é democrática, mas a gestão é mais profissionalizada, e que houve um afastamento das cooperativas e da política partidária, não da política como um todo, é o ato de se associar e de trabalhar junto, porém afastando-se da política partidária.

Outra questão que vejo como problemática, Deputados, e todos os presentes, é que o cooperativismo está profundamente associado a tradições culturais, a tradição de participação, uma cultura de participação que no Brasil está associada aos Estados do Sul, e que em Rondônia está fortemente associada àquelas macro regiões do Estado com maior percentagem de imigrantes das regiões, onde o associativismo é mais forte, isso basicamente corresponde a uma divisão, entre o Norte e o Sul do Estado, o Sul, que já tem uma renda per capita bem mais alta, e que por força da localização geográfica tende a se beneficiar dos avanços em infraestrutura. Eu me refiro principalmente a ferrovia de integração Centro Oeste, que tende ficar mais rico por estar mais bem localizado e por ter uma tradição de cooperativismo. Eu diria, que o nosso desafio aqui em Rondônia, é instilar a capacidade de se associar para a parcela Norte do Estado que

por falta de tradição de seus migrantes, tem uma menor propensão à associação. Eu diria que esse é o grande desafio que esse Governo da cooperação tem, e que os governos seguintes terão, porque essa não é apenas uma política desse Governo, é também, mas tem que ser uma política de Rondônia, porque no final das contas, o que estaremos respondendo, é o desafio de modernizar e enriquecer sem concentrar. Esse é o meu recado e parabéns pela iniciativa.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Sr. Alberto, já registramos aqui a proposta de regionalizar.

Convido agora, primeiro quero informar aos participantes, que nós pensamos num teto para encerrar ao meio dia, porque hoje à tarde nós temos Sessão, também, nós temos mais duas pessoas participantes, aqui inscritas e mais dois da Mesa, para nós finalizarmos o debate e fazermos o devido encaminhamento. Então, vou solicitar, agora, que o Sr. José Seriate, possa também fazer uso da palavra. Ele que é representante do Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica – INDIA.

O SR. JOSÉ SERIATE – Bom dia, Senhores Deputados e Deputadas, bom dia a todos e a todas. Sra. Presidente, quantos minutos de intervenção? Como o Sr. Deuseminio falava que o cooperativismo é como um vírus que entra no sangue e não sai mais, no meu caso, eu acho que é genética, porque eu nasci, posso dizer que a casa da minha infância foi construída através de uma cooperativa de habitação, que o meu pai foi um dos fundadores e o meu avô quando eu nasci, era presidente de uma cooperativa que foi fundada no Século XIX, uma das primeiras cooperativas de consumo, na Europa, em Barcelona. Engraçado, porque essa cooperativa era de pescadores, lá do Porto de Barcelona, se associaram como motivo de associar-se, fazer cooperativa para comprar o tabaco e a cachaça mais baratos, mas nos anos 40, época da pós-guerra Espanhola, onde se passava fome na Espanha, lembro que um milhão de pessoas morreram, 5% da população naquela época, a cooperativa "A Fraternidade", "La Fraternidad", essa Cooperativa do meu avô, dava aposentadoria aos cooperados, os cooperados que se aposentavam recebiam a aposentadoria da cooperativa La Fraternidad. Bom, no minuto que me resta, dois minutos que me restam, eu só quero reforçar a colocação da senhora Soraya, membro do Fórum de Economia Solidária, pela parte governamental, porque realmente esse parágrafo 3º, do artigo 1º, é uma armadilha. Essa armadilha que considera a economia solidária, como essa economia de subsistência, inclusive fala aqui, que diz respeito ao meio ambiente. porque a economia de subsistência, é aquela economia do arroz, do milho e feijão, que desmatou na época dos desbravadores de Rondônia, a economia de subsistência desmatou para plantar milho, feijão e arroz. Então, essa não é a economia solidária que estamos praticando. Eu cheguei aqui em Rondônia em 1997, contratado como cooperante voluntário para trabalhar nos grupos de ajuda mútua em Nova Mamoré, Associação Grama. Começou com o arroz, mas agora a Grama se distingue porque criou uma agroindústria do cupuaçu, sistemas agroflorestais, e por aí vai. Então, só para reforçar, tirar esse parágrafo e substituir por outro parágrafo, que realmente defina o que significa economia solidária. Após o debate do Fórum de Economia Solidária Estadual possa fazer essas aportações. E falando dessas armadilhas nos artigos, também tem outra armadilha, quando

fala aqui no artigo 4º, parágrafo 2, onde fala que as associações... o artigo 4º fala que as associações, aqui define, são classificadas nos seguintes tipos, aqui há uma lista de onze tipos de associações. Eu pergunto: - Onde é que estão as associações de agricultores familiares nessa lista? Onde se enquadram as associações de agricultores familiares? Porque não é associação de moradores. Por exemplo, a Associação Grama de Nova Mamoré, não é uma associação de moradores, tem moradores de um canto de Nova Mamoré e no outro canto de Nova Mamoré, por exemplo. Então, isso precisa ser corrigido, ou previsto qual é o tipo de associação, dessas associações que são na maioria, inclusive, que de repente estão aqui representantes, no público. E também outra questão; o primeiro item, coloca associação, tipo, ambientais e ecológicas. Olha, aqui, em Rondônia não há nenhuma associação ambientalista, tipo Greenpeace. Todas essas associações são como o Instituto Índio Amazônia, que fazemos parte das organizações ambientais ou ambientalistas no Brasil. Somos de cunho socioambiental. Ou seja, eu peço para acrescentar a palavra, o vocábulo, socioambiental e ecológica. Com isso já engloba, porque o nosso foco é o social, o social inserido na questão ambiental. Ou seja, as populações tradicionais, os agricultores familiares, etnias indígenas, etc, etc.

Para fechar, a minha última colocação diz respeito à questão cooperativa. Aqui, no princípio, quando fala, em resumidas contas, é o seguinte: a minha proposta é acrescentar um parágrafo no artigo 5º, onde se defina o que são sociedades cooperativas, acrescentar um parágrafo que diga reconhecer as cooperativas como empresas com fins econômicos solidários, diferenciando-as das empresas com fins lucrativos. Fins lucrativos são as sociedades anônimas, sociedades limitadas, e as cooperativas, não são empresas com fins lucrativos, são empresas com fins solidários, cooperativas e de economia solidária. Fazer essa diferenciação, por quê? Porque há dois anos, eu era, eu estava contratado por uma cooperativa de trabalho como consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve um momento que o TCU barrou os contratos e aí houve uma polêmica e nos pediu subsídios. Colocamos subsídios, coloquei essa tese em nível, em discussão nacional e ganhamos e o TCU. Os órgãos fiscalizadores voltaram para trás, e continuaram aceitando a contratação de cooperativas, como entidades sem fins lucrativos.

Obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, senhor José Seriate, pela contribuição.

Quero convidar, agora, o senhor Sebastião Farias, representando a Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia, também para fazer a sua contribuição.

O SR. SEBASTIÃO FARIAS - Nós gostaríamos de dar bom dia a todos os presentes, e em nome da Deputada Epifânia, cumprimentar a Mesa. Em função do tempo... A nossa parte, como representante do Superintendente, senhor José Valter Lins, ...Federal de Agricultura, é apenas para complementar o posicionamento dos que nos antecederam aqui, e dizer que como se trata de atividades afins, às ações do Ministério da Agricultura e nós, como parceiros do governo do Estado,

também avalizamos tudo aquilo que foi apresentado, e aproveitando apenas para trazer algumas considerações diretas. Cooperativismo, como foi citado aqui, o Dr. Salatiel explicou isso bem, o Presidente da Fundação SENSE também, ela não é uma atividade modista, é uma estratégia para a valorização da atividade produtiva agropecuária, mas principalmente de valorização do relacionamento do produtor com os seus similares. Se não houver confiabilidade, se não houver confiança dos produtores com os seus vizinhos, seus parentes, não existe cooperativismo, mas ela se enquadra em todos os cantos, seja economia solidária, seja economia empresarial, seja economia pequena, a estratégia do cooperativismo é fundamental para dar sustentação econômica, e reconhecer a importância do trabalho desenvolvido, solidário da agricultura familiar.

A agricultura, no Brasil nasceu e foi divulgada, inclusive fora do país, através de cooperativismo. Cooperativas que nasceram inicialmente por alguns grupos interessados, foram crescendo, se tornaram, algumas delas, empresas grandes, e hoje nós temos aí o país da forma como é. É como o Dr. Salatiel explicou, onde há cooperativismo, onde há a prática do cooperativismo, entre os produtores em uma comunidade, o IDH se eleva imediatamente favorável àquela comunidade. Então, ela é uma estratégia de fortalecimento, de valorização da atividade produtiva. Agora, não é nós, o Ministério da Agricultura... nós temos programas, entregamos aqui à Mesa, como contribuição, uma cópia do Plano Agrícola Pecuário do país, entregamos aqui também, uma minuta do Programa ABC de forma mais bem elaborada e fundamentada, em relação a sua importância para a atividade produtiva, para a defesa ambiental, mas principalmente para a proteção de todos nós da humanidade. É uma contribuição do Brasil para minimizar interferências da atividade produtiva nas mudanças climáticas, e apresentamos um mapa do programa EBC, que o governo do Estado através da Secretaria de Agricultura, está capitaneando, e está em discussão para se reunir o comitê gestor e traçar estratégia para isso. Para ser breve e resumindo, eu diria o seguinte: desenvolvimento sustentável, é aquilo que já foi dito anteriormente, é uma preocupação de se atender aquilo que é a natureza nos forneceu; manter, proteger, traduzir em benefício para a sociedade, para a produção de alimentos, para a atividade profissional dos produtores, seja pequenos agricultores familiares, seja médio, seja empresarial, ou mesmo os cooperativados, todos são importantes. Então, tudo o que foi falado aqui é muito importante que seja visto, como é importante a iniciativa da Secretaria de Agricultura, em apresentar à Assembleia uma proposta de política pública que vai dar exatamente substância, combustível para que o Estado repense a sua agricultura desenvolvida, hoje. Então, se nós vamos ter uma agricultura desenvolvida, se nós vamos ter um produtor educativamente preparado, e profissionalmente como gestor da sua propriedade, capacitado, não somos nós do Ministério... nós somos indutores, nós somos parceiros, e a agricultura, a cooperativa, o desenvolvimento sustentável que nós vamos ter daqui para frente, depende exatamente daquilo que o Governo do Estado quer. Os parceiros existem, as estratégias existem, os recursos existem, a tecnologia existe. Então, o que é que falta? Falta boa vontade de se trabalhar junto. Nós estamos aqui apenas reforçando, é o que o Ministério da Agricultura

tem feito, na defesa da agropecuária com o Estado, tem feito nos trabalhos associativistas.

Os programas nossos, estão todos fundamentados em desenvolvimento sustentável. E nós estamos nos colocando mais uma vez, reiterando a nossa boa vontade em fazer, em ter parceria com o Estado. Então, o Estado é quem vai dizer como ele quer, o que ele quer e o que pretende, e nós estaremos em parceria com o Estado, para auxiliar no que for possível e vestindo a camisa em defesa dos agricultores desse Estado. Então, acho que é só isso. Agradecemos o convite e principalmente a oportunidade de fazer com que a gente possa trazer aquilo que o Ministério de Agricultura tem como contribuição.

Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Sebastião. Certamente a Superintendência da Agricultura aqui em Rondônia, é importantíssimo o papel e a contribuição nesse debate, nessa discussão. Quero convidar, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, o Excelentíssimo senhor Edson Vicente, para dar sua contribuição.

O SR. EDSON VICENTE - Bom dia a todos. Eu quero, em nome da Deputada Epifânia, cumprimentar toda a Mesa.

Eu quero apenas dizer a vocês que o nosso Governador Confúcio Moura, é altamente comprometido com o cooperativismo. Em 1985, a primeira reunião, Deputada, que houve aqui em Rondônia, para iniciar o cooperativismo de crédito, foi por iniciativa do Confúcio Moura. E hoje a cooperativa de crédito, o cooperativismo de crédito em Rondônia, é um sucesso absoluto, vou dar um exemplo aqui: apenas a CREDSUL de Vilhena, hoje tem o depósito maior do que todas as entidades financeiras daquela região juntas, se juntarmos o Banco do Brasil, HSBC, Bradesco, Caixa Econômica, todas as entidades financeiras, é menos que o depósito da CREDSUL, e ainda trouxe um desenvolvimento muito grande para aquela região. Nós entendemos que o Estado de Rondônia, nesses trinta e poucos anos, foi construído por vocês, principalmente pelos produtores, com muito suor, muita determinação, muito trabalho, muito sacrifício e muitas privações. Mas agora estamos num momento especial, nós produzimos carne, produzimos leite, produzimos grãos, produzimos madeira, produzimos café, produzimos cacau, mas temos que transformar esses produtos. E pelas visitas que temos feito, visitamos a COCAMAR em Maringá, visitamos a COOPAVEL em Cascavel, e vimos o desenvolvimento que essas cooperativas trouxeram para aquela região, unindo os produtores, dando força e capacidade para os produtores. Realmente achamos que esse é o momento de investirmos fortemente nisso, o Governo de Rondônia, está comprometido com isso, nós temos algumas ações isoladas que estamos fazendo, mas está muito aquém das nossas necessidades.

Estamos desenvolvendo em Colorado do Oeste uma cooperativa, um frigorífico de suínos para fomentar a suinocultura daquela região, estamos desenvolvendo um frigorífico de peixe com a COOPEMAR de Ariquemes, estamos desenvolvendo um projeto em Vilhena com a COOPERVIL, para construir uma esmagadora de soja, ampliamos uma fábrica de ração existente da COOPERVIL, e um sistema integrado de frangos. O Salatiel nos acompanhou, e tem nos acompanhado

nesses projetos, Deputada, mas nós sabemos que isso é pouco. E nesse momento, Deputada, eu quero parabenizá-la, à Assembleia Legislativa como um todo em seu nome, será muito importante se nós realmente nos unirmos, a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de Rondônia, os produtores, vocês principalmente, a sociedade, nós realmente vamos dar o destino que o nosso Estado merece. Nós vamos agregar valores aos nossos produtos, e não vamos ficar reféns de uma ou duas grandes empresas que hoje dominam o mercado da carne, o mercado de grãos, no Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Secretário Edson. Inclusive, eu já até compartilhei aqui com ambos os Secretários da necessidade da definirmos melhor e pensar melhor essas atribuições, que ora se confundem. Precisamos até pensando estrategicamente no Estado, termos isso com muita clareza para algumas atribuições. As vezes, na cabeça de vocês está claro, mas às vezes para a gente confunde um pouco, e é importante ter os dois Secretários aqui para na medida do possível, sempre poder aprofundar um pouco mais e ter melhor compreensão.

E agora, para encerrar a fala das autoridades, e de todos os participantes do debate, vou convidar o Secretário de Agricultura, que também representa o Governador nesse ato, para dar suas contribuições. A SEAGRI é autora aqui da mensagem de lei que adentrou nesta Casa.

O SR. ANSELMO DE JESUS – Eu quero cumprimentar a Presidente, Deputada Epifânia, em nome dela, cumprimentar todas as autoridades da Mesa. Eu quero cumprimentar aqui o Agricultor, Ex-Presidente da COOCARAM, da CARAM, Urias Sérgio Dutra; em nome dele eu quero cumprimentar a todos e a todas que estão aqui. Eu escolhi o Urias para poder cumprimentar vocês, até porque o Urias, todas as organizações que já teve nesse Estado, do setor Produtivo, setor religioso, ele é fundador de todos, praticamente. Eu me lembro dele na Boa Nova, da Igreja Católica; no Sindicato dos Trabalhadores Rurais; na CARAM; na COOCARAM; Central Única dos Trabalhadores; na FETAGRO, e agora depois que ele passou dos 70 anos, ele criou uma cooperativa para enfrentar a velhice, o danadinho não fica velho nem com a bexiga, até nisso aí ele está se organizando também. Hoje é um baluarte das organizações do campo. E quando falamos no campo, eu acho que a proposta que vem do Governo, que surge a partir de uma determinação do Governador Confúcio Moura, e que a gente buscou esse esqueleto, inclusive, ele vem do Estado do Rio Grande do Sul, a gente pegou lá, para não começar do zero. Trabalhamos isso num viés muito... desse setor com essa cara aqui que é muito da agricultura, que é o setor produtivo do campo. E aí é claro sabemos dos diversos ramos que tem o cooperativismo, a necessidade de realmente fazer esse debate aqui. Acho que quando a gente pega, principalmente hoje, enquanto Secretário de Agricultura, quer dizer, para mim o cooperativismo tem muito esse viés, é o viés que eu sei falar, é o viés que nos interessa enquanto Secretário de Agricultura, é claro que cada um vai ter que buscar se inserir dentro deste projeto, porque esta lei é uma lei que vem buscar desde da economia solidária, mas também daquele que realmente hoje, é Cooperativa da Suinocultura. Nós queremos pegar desde aquele pequenininho,

até o grande, a proposta de lei vem para poder contemplar, porque é uma proposta de lei da Assembleia, é uma proposta de lei que vem do Governo do Estado, então tem que contemplar todo mundo aqui dentro.

Então, eu quero parabenizar a Deputada Epifânia por essa iniciativa de realmente buscar uma audiência pública, para que possamos ter um projeto que todos estejam contemplados dentro dele. Quando eu pego desse campo que mais nos interessa, enquanto secretário, e até enquanto agricultor da agricultura familiar, eu sei detalhes por detalhes disso, e eu diria: assim que cheguei aqui em 84, quando o pessoal da Teologia da igreja Católica, discutia junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sobre aquele modelo de associativismo que tratava da ASPAM naquela época, o associativismo sem fins lucrativos naquela época, nos deu uma segurança muito grande, principalmente neste setor de compras coletivas, naquela questão da produção de café, de beneficiar o café, de fazer vendas coletivas. Então, foi assim, muito interessante naquela época, mas também vivi naquele momento que nos articulamos através das Organizações que surgiram, os Fundos Constitucionais, surgiu o PLANAFLORO, que foi um momento muito grande de associativismo aqui no Estado de Rondônia. Mas assim com ações um pouco definidas, isso também não foi importante para o associativismo, porque muitas vezes criamos associação para poder pegar financiamento no banco, para poder pegar um carro do PLANAFLORO. Foram muitos feitos de cima para baixo, pela cabeça de um técnico, de uma pessoa, então nós tivemos todos esses momentos, de certa forma importantes, mas tivemos problemas também. E agora quando trazemos um projeto de lei, quando você se propõe enquanto governo, criar uma lei do cooperativismo então você realmente busca algo mais forte, você busca algo mais consistente para que se possa de fato, dizer que o Estado de Rondônia tem uma lei que todos possam participar, e eu acho que o momento é esse, momento que a Deputada Epifânia e o Deputado Luiz Cláudio se propõem a dialogar com todos os ramos, com todos os setores, para que saia um projeto perfeito e que possa contemplar todo mundo dentro deste projeto. E aí é claro, que enquanto Secretário de Agricultura, representante deste setor produtivo, vamos estar empenhado, e de certa forma, colocando aquilo que realmente nós, a parte que nos cabe dentro do Governo do Estado, hoje, que é contemplar este setor, e aí é claro, nós queremos sim, a participação de todos os ramos dentro desse projeto. Para nós, se o projeto fosse aprovado amanhã era bom, mas se precisar de um ano, dois anos para discutir, para sair completo, nós também não fazemos questão. O governador nos determinou desta forma, e nós buscamos dialogar com esse setor desta forma também. Acho que isso é de uma importância muito grande para que possamos fazer com que o estado tenha uma legislação que possa buscar e amparar o setor produtivo. Quando o governador nos determinou essa posição, é porque ele tem essa visão, e é claro que hoje, também, quando eu falo, quando o governador fala, nós não falamos apenas... ele enquanto governo e eu enquanto secretário, porque eu sou sócio de um banco, eu faço parte da CREDITAG, que eu ainda quando deputado, coloquei uma emenda e que hoje nós temos, já atinge treze municípios, que nós fazemos parte, hoje, uma cooperativa de crédito especificamente da agricultura familiar, no Estado de Rondônia. Fiz parte da COOCARAM, fiz parte da

ACARAM, tem aqui o Urias, que é um dos fundadores também da ACARAM e da COOCARAM, eu posso falar que eu faço parte desse sistema cooperativismo também, então nós não falamos apenas enquanto secretário de agricultura, mas falamos... o próprio governo Confúcio, recebeu outro dia, foi ainda esta semana, foi sábado passado, lá em Ariquemes, ele recebeu o cartão do Banco do Povo, o cartão de crédito dele de seiscentos reais, até brincamos com ele, ele agora não vai estourar o limite dele, mas eu acredito que na reeleição ele vai estourar o limite, porque chega nesse período de eleição a gente acaba estourando isso daí. Então a gente fala com uma convicção muito segura da importância do cooperativismo e do sociativismo, e quando se tem toda essa trajetória de sociativismo, eu quero acreditar que a gente já quebrou muito a cabeça. Mas, neste momento eu acho que o Estado de Rondônia, como o sociativismo é o caminho para o cooperativismo, a gente está bem maduro para poder realmente criar essa lei, mas essa lei também não vai adiantar nada se nós não nos organizarmos enquanto produtores e produtoras, enquanto ramos desse setor ou daquele setor, para que possamos de fato, criar esse cooperativismo, esse sociativismo, que possa representar os diversos setores que compõem a sociedade do Estado de Rondônia. Então é nesse sentido que venho aqui enquanto secretário, representando o nosso Governador Confúcio Moura, do empenho que ele tem nesse setor da organização dos trabalhadores, trabalhadores como um todo. Essa lei tem esse objetivo, mas que não seja apenas dos deputados, que não seja apenas do governo, mas que vocês possam participar, e aí eu volto a parabenizar os deputados por essa iniciativa, com certeza, isso abre um leque para que todos possam participar.

Obrigado.

A SRA. EPIFANIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Secretário.

Nós tivemos aqui um pequeno erro da assessoria, me informaram que o Genair, o nosso Delegado do Ministério não ia falar, até estranhei, Genair, mas vamos fazer aqui a correção e passar também para você fazer as considerações. O Delegado do Ministério do Desenvolvimento Regional e Agrário em Rondônia, o Sr. Genair Capelini, também, para dar sua contribuição.

O SR. GENAIR CAPELINI - Acho que já é boa tarde, não é? Bom dia a todos e a todas. Eu quero saudar aqui primeiramente os funcionários desta Casa, e agradecer, obrigado pela acolhida, e saudar a nossa Mesa. Em nome da nossa Deputada Epifânia e do Deputado Luiz Cláudio, quero saudar todos os companheiros que compõem esta Mesa, e quero dizer a todos e a todas, o quando é importante participar de uma audiência pública para discutir essa questão do cooperativismo e associativismo.

Deputados Luiz Cláudio e Epifânia, eu gostaria de estender um pouco mais se fosse possível, maior participação de um seminário na discussão. Como a Soraya discordou aqui de alguns pontos, eu acredito que com certeza se tivesse um seminário enriqueceria muito mais este projeto de lei, e eu proponho a vocês que se for possível a participação da sociedade, principalmente dos movimentos sociais e sindicatos, na elaboração dessa proposta também, porque com certeza este projeto de lei ficará muito mais maduro.

Eu quero dizer a vocês, eu estava ouvindo aqui muito reclame, por exemplo, do jovem que estão ausentes, os jovens que estão saindo do campo, a regularização fundiária, e nós estamos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário está desenvolvendo 22 programas, 22 programas dentro da agricultura familiar, e tem muitos programas que a gente não vai conseguir implantar, deputado, aqui no Estado porque a nossa estrutura, do Ministério do Desenvolvimento é muito pequena, nós estamos contando com a força do Governo do Estado. O Deuseminio... na questão da educação no campo, nós já vamos iniciar logo depois das eleições, nós vamos iniciar uma formação de jovens com 621 jovens, hoje a tarde eu vou estar conversando com o reitor do Instituto Federal para ver se ele abraça esta causa, e nós na primeira segunda-feira, depois das eleições, estaremos convocando alguns parceiros para criar o comitê de acompanhamento, é o comitê gestor do programa de educação no campo, e logo em seguida nós vamos estar provocando um seminário para discutir a questão da educação no campo. E quando o RECA coloca aqui também este projeto maravilhoso, que eles começaram com teimosia, e que na época não tinha quase apoio, teve apoio até de entidades não governamentais, naquela época o RECA não teve apoio do Governo do Estado, hoje o Governo do Estado está abraçando. Temos também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está à disposição, está investindo, também, no cooperativismo, associativismo, e com isso.. eu percebi que o carioca, o Max carioca está inquieto, porque o Max carioca admira e tem um sonho de ver a agroecologia despontando no nosso Estado. Ai eu gostaria de dizer para vocês que eu estive uma semana em Brasília, e um dos carros chefes foi a agroecologia. Logo após as eleições também nós vamos estar provocando um seminário de agroecologia no Estado de Rondônia, com parceria com o Estado e com parceria dos nossos companheiros federais CEPLAC, o MAPA, os nossos Deputados Estaduais, e com certeza precisamos muito da força de vocês aqui, a força do nosso Secretário de Agricultura, Anselmo de Jesus.

Estamos aí, as portas do Ministério estão abertas a qualquer um de vocês, a nossa Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário, está instalada aqui no INCRA, e a gente está lá disposto a acolher e ser parceiro de cada programa que o Estado vem desenvolvendo.

Deputada Epifânia, eu agradeço essa oportunidade, e Deputado Luiz Cláudio, eu espero que Vossa Excelência esteja participando também do nosso seminário, para discutir os programas sociais.

Quando o nosso companheiro, do veterinário, ele dizia da regularização fundiária, ele dizia que os programas têm que chegar lá nas pontas. Logo depois das eleições, eu quero estar provocando os prefeitos, porque nós tivemos dois prefeitos que abraçaram a política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um foi o governador Confúcio Moura, que abraçou em Ariquemes, e foi bem sucedido com seu trabalho, e outro foi um prefeito de Machadinho, que eu não lembro o nome agora, que abraçou. E se os prefeitos não abraçarem junto com a sociedade, os programas não vão chegar lá na ponta onde é necessário. Vamos estar provocando, inclusive eu gostaria de fazer um pedido também para os Deputados, onde estivesse, aonde andasse Secretário de Agricultura que provocasse esses prefeitos, que abracem a política do Ministério do

Desenvolvimento Agrário, porque é sucesso para as famílias, é sucesso para o Estado de Rondônia.
Um abraço e obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Uma Questão de Ordem, Presidente Epifânia?

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) Pois não, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO - Aproveitando também a sugestão do Genair, eu quero sugerir, até falei para Vossa Excelência, que nós possamos Salatiel, fazer cinco audiências públicas regionalizadas, até para ter mais participações de pessoas que não podem vir até Porto Velho. Uma seria no Cone Sul, Vilhena, outra na região de Rolim de Moura, outra em Ji-Paraná, Ariquemes e na 429, que pode ser São Francisco, ou São Miguel. Fica aqui a sugestão nobre Presidente.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Então, nós vamos fazer um encaminhamento acatando todas as... nós registramos aqui todas as falas, todas aquelas que têm alguma, todas apontaram alguma contribuição, mas com o encaminhamento aqui, vamos de fato fazer indicação para Assembleia, não é Deputado? sobre a criação dessa Comissão Mista, tendo a Comissão de Agricultura e Educação encabeçando, nós vamos oficializar ao governo do Estado para que indique os membros do Poder Executivo para compor essa comissão, e também encaminhar direto à Secretária de Agricultura para que possa também sugerir as entidades para compor automaticamente. A OCB já compõe a comissão por ser a representante das cooperativas, mas que outras possam compor conosco. E mesmo a Soraya fazendo aqui a sua fala, não nesse primeiro momento que a economia solidária compõe aqui a legislação, que na verdade é para instituir a política pública, mas a gente solicita que vocês possam participar conosco, até para ampliarmos um pouco mais o conceito e de repente chegar a um consenso também, na composição da lei para e de repente não fazer algumas coisas paralelas, podemos convergir no nosso entendimento. Essa proposta do Deputado Luiz Cláudio, de nós após finalizarmos essa composição da comissão, que possamos levar esse debate para pelo menos cinco regiões. Inicialmente proposta por ele, que seria Rolim de Moura, Vilhena, a 429 que pode ser em São Francisco, Ariquemes e Ji-Paraná. Então nós poderíamos estar fazendo isso após esse período eleitoral, vamos definir essa comissão, definir uma agenda de trabalho, e vamos passa a fazer a mobilização nos cantos de todo o Estado. Temos um encaminhamento do Kanindé, está sugerindo uma audiência específica, para discutir economia solidária. Nós, eu penso que além dessa discussão do dia de hoje, de nós fazermos essa primeira etapa de chamar a atenção de todos os senhores, todas as senhoras que estão aí na ponta fazendo esse trabalho de vir conosco para fazer essa discussão sobre a legislação aqui provocada pela Secretaria de Agricultura, e penso que foi uma provocação mesmo para que possamos está debatendo, está divulgando um pouco. Também eu acho que a gente cumpre aqui Salatiel, aquilo que você, o Deputado Luiz Cláudio colocaram, de ser o ano do cooperativismo. Eu acho que essa Audiência Pública, também marca o Estado de Rondônia, entrando nesse cenário nacional, estabelecendo essa questão do ano do cooperativismo como uma pauta importante para todos nós.

O SR. SALATIEL RODRIGUES – Quero colocar também Deputada, que nós precisamos de um vogal na Junta Comercial. Temos um problema, hoje, sério no Estado que é a questão de registro das atas, de repente por questões de pessoas que não entendem, porque para nós tudo é um aprendizado, conforme colocou o Anselmo, o Anselmo defende um setor, outro defende outro de repente, um vogal na Junta Comercial do Estado, não entende a questão cooperativista até do associativismo, por exemplo, o Banco Central, ele só aprova os nomes dos seus gestores quando realmente a ata está em conformidade com o Banco Central, e de repente a Junta Comercial por questão de vírgula, ela impede até o próprio registro, porque ela só homologa os seus diretores após as conclusões dos registros. Então, é importante esse encaminhamento. Que nós possamos ter um representante do cooperativismo, em geral uma vogal na Junta Comercial, um assento...

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Ok. Creio que não há discordância, não é Deputado, vamos acatar.

Só para deixar aqui, além de estarmos fazendo essa discussão do ano do cooperativismo, também dizer aqui que no artigo 3º, no inciso XII, o Deuseminio, o Secretário chamou a atenção... está estabelecido algo muito importante para todos nós, que é incluir no currículo escolar da rede pública estadual do ensino fundamental e do ensino médio, disciplinas que estimulem o interesse dos alunos, professores, e mais membros da Comunidade Acadêmica, pelo associativismo, pelo cooperativismo, pela economia solidária, pelo desenvolvimento sustentável, focado no histórico, na filosofia, nos valores e princípios sensibilização, capacitação, constituição, educação e gestão de associações cooperativas e demais organizações sociais. É lógico que a entendemos que sem o conhecimento, sem esse princípio na educação, fica muito difícil a gente avançar, eu acho que é o que todo mundo deseja aqui quando faz o debate, faz a discussão. Isso até faz parte, compõem alguma disciplina, mas vamos fortalecer porque isso realmente, de fato e de direito aconteça no dia a dia das nossas escolas. Para finalizar, o Secretário de Agricultura, também pediu para compartilharmos com todos vocês, fazendo o convite, para que hoje à noite às dezenove horas, lá no SENAC, amanhã? Amanhã, às dezenove horas, no SENAC, o Governo do Estado estará realizando um simpósio de área degradada, organizada pela Secretaria de Agricultura. Então, sintam-se todos convidados.

Agradecemos imensamente a presença de todos vocês, todas as autoridades aqui constituídas, que representam as instituições. Agradeço muito o Deputado Luiz Cláudio, que preside a Comissão de Agricultura, que faz um trabalho muito compartilhado conosco. Então, agradecemos toda a profundidade do conhecimento que ele tem. E agradecer, principalmente vocês que se deslocaram das suas comunidades. Temos representante de todo Estado de Rondônia participando dessa Audiência, para nós é muito importante, é muito enriquecedor, porque senão, não adiantaria fazermos essa audiência só conosco, sem a presença de vocês. Agradecemos a todos, principalmente àqueles que fizeram as falas, representando todos e participando dessa audiência.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Obrigada, um bom retorno para todos.

(Encerra-se a A.Pública às 12 horas e 18 minutos).